

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

ANA RITA PINTO ROCHA

AS DIALÉTICAS DA GLOBALIZAÇÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

PONTA GROSSA
2009

ANA RITA PINTO ROCHA

AS DIALÉTICAS DA GLOBALIZAÇÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO

Dissertação de Mestrado apresentada
para obtenção do título de Mestre, no Pro-
grama de Pós-Graduação em Geografia,
Mestrado em Gestão do Território, Setor
de Ciências Exatas e Naturais, da Univer-
sidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky

PONTA GROSSA

2009

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Processos Técnicos BICEN/UEPG

R672d Rocha, Ana Rita Pinto
 As dialéticas da globalização : patrimônio cultural e turismo. /
 Ana Rita Pinto Rocha. Ponta Grossa, 2009.
 64 f.
 Dissertação (Mestrado em Geografia - Linha de Pesquisa :
 Gestão do Território) - Universidade Estadual de Ponta Grossa.
 Orientador : Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky

1. Globalização. 2. Patrimônio cultural. 3. Turismo.
I. Monastirsky, Leonel Brizolla. II. T

CDD :338.479.1

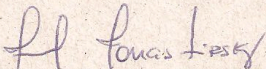
TERMO DE APROVAÇÃO

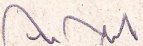
ANA RITA PINTO ROCHA

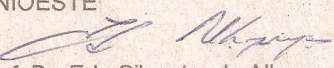
"AS DIALÉTICAS DA GLOBALIZAÇÃO: PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientador


Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky
UEPG


Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza
UNIOESTE


Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque
UEPG

Ponta Grossa, 28 de agosto de 2009

Dedico esse trabalho à Deus e à minha família,
“porque, onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração” Mateus 6:21

AGRADECIMENTOS

Agradeço meu orientador, por primeiramente ter feito a escolha certa, e também pelos preciosos debates e conselhos, pelas conversas e risadas e pelo respeito e amizade.

À minha família que sempre me encorajou a lutar pelas coisas em que acredito. Em especial ao meu noivo Fábio que acompanhou todos os momentos de minha trajetória com quem dividi minhas inseguranças e expectativas.

À querida Prof.^a Dr.^a Rosângela Zulian e Dr.^a Carmencita Ditzel pelo entusiasmo, empréstimo de material e comentários sempre pontuais e edificantes. À Prof.^a Msc. Sozângela Schemim da Matta pelas correções de última hora, ajuda especial neste processo e o carinho de sempre.

Agradeço também aos professores e colegas do programa, pelo comprometimento e dedicação à pesquisa e ensino, por compartilhar seus conhecimentos e experiências e pelo convívio em classe e fora dela.

Aos colegas de trabalho e às queridas amigas, Alexandra, Priscila e Silmara pela torcida e compreensão.

*“And in the naked light I saw
Ten thousand people, maybe more.
People talking without speaking,
People hearing without listening,
People writing songs that voices never share
And no one dared
Disturb the sound of silence”*

(Simon and Garfunkel

RESUMO

Este estudo analisa o processo dialético entre as escalas global e local através da relação entre o patrimônio cultural e o turismo. A globalização enquanto uma dinâmica proveniente do diálogo entre o global e local gera diferentes vias interpretativas, entre as quais envolvem patrimônio cultural e turismo. Logo o conceito de escalas e seu caráter solidário é utilizado para explicitar essa dinâmica protagonizada pela emergência das técnicas que condicionam e são condicionadas pelo meio social. Ao mesmo tempo, a noção de redes embasam esse cenário como conexões entre o global e o local que evidencia seu teor seletivo, pois apesar das redes serem globais elas não são universais. Assim, neste trabalho, são discutidas duas proposições. A primeira, discute a relevância do lugar sobre a dinâmica global na legitimação intelectual da preservação do patrimônio cultural que se expressa como referência do lugar por sua relevância histórica e social. Nesta situação encontram-se fundamentos contra a globalização perversa em que o capital e a informação imperam originando a defesa do lugar. A outra em que analisa a utilização do patrimônio cultural como suporte para o turismo que, sob a ótica capitalista, impõe a lógica da competitividade entre os lugares para atração de recursos. Desenvolve-se, portanto, a guerra de lugares em que cada lugar utiliza suas virtudes e as coloca à disposição do consumo (localização, paisagens, cultura) com o intuito de entrar e permanecer na dinâmica global. A partir das duas proposições, esse estudo analisa as conexões e oposições entre elas, seja para discutir as mudanças globais seja para argumentar a favor da autenticidade local.

Palavras-chave: globalização; patrimônio cultural; turismo.

ABSTRACT

This study set analysis on the dialectic process between the global and local scales through the relation between the cultural heritage and tourism. Globalization, as long as a dynamics coming from the dialogue between the global and local range arises different interpretative ways, among them the ones that involve cultural heritage and tourism. Subsequently the scales concept and its mutual character it's used to make explicit that dynamics leaded by the emergence of techniques that limits and are limited by the social environment. At the same time, the nets concept make the foundation for that scenario like connections between the global and the local range that emphasizes its selective mood, because, notwithstanding being global nets, they aren't universal. Thus, in this work, are discussed two propositions. The first, argues the relevance from the place over the global dynamics in the intellectual authentication for the cultural heritage preservation that express itself as a reference from the place by its social and historical relevance. In this circumstance are found the grounds against the wicked globalization where the capital and information reigns, arising the place's defensiveness. The second, where the cultural heritage is set on analysis as the basis for tourism that, under the capitalist point of view, determines the logical knowledge of competitiveness between the places, where each place make use of its best goodness and put it at disposal for consumption (localization, landscape, culture) aiming to get ant stay in the global dynamics. Departing from this two propositions, this study analyses the connections and oppositions between them, no matter if to discuss the global changes or to argue in favor to the local authenticity.

Keywords: globalization, cultural heritage, tourism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - A GLOBALIZAÇÃO.....	13
1.1 ESCALA GEOGRÁFICA: UMA BREVE DISCUSSÃO.....	16
1.2 A PRODUÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO.....	18
1.2.1 Unicidade da técnica; Convergência de momentos e Motor único.....	20
1.3 REDES E DINÂMICA GLOBAL.....	22
1.4 ORDEM GLOBAL E ORDEM LOCAL.....	26
CAPÍTULO 2 - A DEFESA DO LUGAR E O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	29
2.1 DEFESA DO LUGAR.....	30
2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL.....	33
2.2.1 Preservação do Patrimônio Cultural.....	35
2.2.2 Memória Social e Identidade.....	38
2.3 PSICOESFERA, TECNOESFERA E RUGOSIDADES.....	41
CAPÍTULO 3 - A GUERRA DE LUGARES E O TURISMO.....	44
3.1 DINÂMICA DO TURISMO.....	44
3.2 ECONOMIA E TURISMO.....	46
3.2.1 O Compromisso Fordista e o Turismo de Massa.....	46
3.2.2 A Crise do Modelo Fordista: Acumulação Flexível e Segmentação do Turismo.....	48
3.4 GUERRA DE LUGARES E TURISMO CULTURAL.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

INTRODUÇÃO

O processo de globalização, em sua fase atual, revela uma dinâmica em que novos contextos se desenvolvem na vontade de aliar as ações globais às situações locais. Neste movimento, o global e o local protagonizam um diálogo em que se comporta a homogeneização e a diversificação, a integração e a contradição.

Na crescente dependência do mundo por fluxos constantes de informações, tecnologias e serviços, os lugares são agidos por determinações globais, que, no entanto, são reveladas de formas diferentes frente às lógicas locais. Logo, a relação dialética entre as escalas global e o local é imprescindível ao processo de globalização, e a sua compreensão apresenta-se essencial neste cenário.

Ao se discutir sobre a relação entre o local e o global, é necessário, inicialmente, atentar para a questão da escala geográfica, pois essa problemática inclui a relação e a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno (CASTRO, 2001). Assim, os fenômenos percebidos em escala global, como a padronização do espaço e a normatização da técnica, são diferentes daqueles percebidos na escala local, como o aumento das diferenças sociais e o desemprego.

Outrossim, percebe-se que tanto o local como o global possuem elementos interdependentes, ou seja, os lugares reproduzem o mundo de modos específicos, individuais e diversos. “São singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade mundo, da qual são formas particulares” (SANTOS, 2007, p. 112).

Procura-se analisar, portanto, as particularidades do lugar que são produzidas histórica e geograficamente e os caminhos com que elas se conectam com o contexto global. Uma das maneiras de apreender estes significados são pelas interpretações que o patrimônio cultural pode gerar.

O patrimônio cultural relaciona-se como referência local, pois seus aspectos históricos e culturais são representados de forma única de acordo com o

contexto social exercido em épocas distintas. Em conjunto com a identidade e memória social, define-se o caráter singular dos lugares.

Conquanto, essa singularidade dos lugares representada pelo patrimônio cultural, é tomada em duas perspectivas: uma ligada aos interesses culturais de preservação da memória e identidade local, o que caracteriza um movimento de defesa do lugar. Outra que corresponde aos interesses econômicos na sua utilização como mercadoria pela atividade turística, contribuindo para a guerra de lugares.

Vistas pelas políticas públicas e todo o processo capitalista – em que o turismo faz parte – as motivações para a utilização do patrimônio cultural são as mais variadas, pois tido originalmente com a finalidade de representar o passado ele toma proporções maiores com o propósito turístico.

O turismo cultural, assim concebido, implica, além da oferta de espetáculos e eventos, a existência e a preservação de um patrimônio representado por museus, monumentos e locais históricos (RODRIGUES, 2002).

Por sua vez, a atividade turística desenvolve dois papéis básicos sobre o patrimônio cultural: o da sua promoção e divulgação que prima pela preservação e o de consumidor capaz de formatar, padronizar e distorcer seus propósitos para satisfazer a indústria do consumo, com o risco de esta formatação solidificar-se com o tempo, incapacitando a oportunidade de novas descobertas e interpretações (MONASTIRSKY, 2006).

Tais ordens de consumo e culturais são em geral antagônicas, pois se nota um desvirtuamento de valores quando se encontram em base local; entretanto, podem caminhar também associadas, ao menos no plano teórico. Esta análise do processo dialético entre o global e o local, através da associação da atividade turística e o patrimônio cultural, permite visualizar as diversas interpretações do cotidiano em um movimento mundial.

São propósitos concebidos em forma de redes e os fluxos que pressupõem a sua existência. Nessas redes, as informações transcendem estruturas até então consolidadas e privilegiam aquelas envoltas em sua conexidade, demonstrando uma seletividade espacial que reforça, de certa maneira, as peculiaridades locais. “As vantagens locacionais são fortalecidas e os lugares

passam a ser cada vez mais diferenciados pelo seu conteúdo [...]” (DIAS, 2001 p.157). Deste modo, as informações contidas na preservação patrimonial atingem os lugares de forma única que lhes dá um caráter ainda mais singular.

Tal movimento reticular não é necessariamente uma resposta à ordem avassaladora da economia e tecnologia globalizadas e muito menos possui origens distintas. As redes podem funcionar diacronicamente evidenciando os conflitos de interpretações, em menor intensidade do que a outra, ou concomitantemente na busca do diálogo perfeito entre o global e o local.

Em uma pesquisa bibliográfica, trata-se da dinâmica da globalização e seus desdobramentos (como a fragmentação) em conexão à escala local. Para tanto, conceitos chaves são discutidos, como a dialética das escalas, a dinâmica das redes e também as concepções de patrimônio cultural e sua preservação, a importância da memória e identidade social neste movimento e a atividade turística como agente modificador de situações.

A abordagem dialética desses conceitos demonstra, de maneira nítida, o processo da globalização e seu poder de conexão na utilização de redes como método para embasar as discussões e estabelecer a integração das ordens global e local sobre o consumo e a legitimação da preservação do patrimônio cultural.

Por fim, neste contexto de contradições e mudanças constantes, nota-se que a idéia de pós-modernidade pode ser discutida, uma vez que, é abordada em um sentido filosófico e tem como objetivo considerar a globalização como algo mais amplo e profundo no qual novas perspectivas são traçadas a todo momento.

Além disso, este estudo de abordagem essencialmente teórica, procura desenvolver determinadas questões com o intuito de demonstrar, através da relação do patrimônio cultural e o turismo, o seu significado para os mais diferentes lugares diante do processo de globalização.

CAPÍTULO 1

A GLOBALIZAÇÃO

A globalização é formada por um conjunto de novas possibilidades em que as diferentes perspectivas articulam-se em distintas interpretações utilizadas para explicar o seu contexto atual. Segundo SANTOS (2005, p.145) "podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão de diferentes aspectos da realidade contemporânea".

Nesse sentido, a globalização não deve ser entendida tão somente como a "crescente integração das diferentes partes do mundo, sob o efeito da aceleração das trocas, do impulso das novas tecnologias da informação e da comunicação, de meios de transporte etc."(BENKO, 1999, p.45), mas também como a provedora de efeitos inerentes à sua formação.

Por este motivo, fundamenta-se a globalização nos seguintes aspectos: a dialética das escalas, a emergência das técnicas e a dinâmica das redes – aspectos que, apesar de analisados separadamente, não constituem em uma ordem hierárquica em que um precede o outro para a existência da globalização, mas cuja atuação simultânea contribui para explicar a formação dos ordens global e local.

Sob a perspectiva escalar, o fenômeno da globalização é analisado diante da solidariedade das escalas que são construídas historicamente e geograficamente pelas relações sociais. Desta maneira, em função de processos cada vez mais integrados da vivência social, tem-se a percepção de que as escalas estão unificadas através da sincronização dos acontecimentos, ou seja, um acontecimento global é também local, regional etc. Porém, ao analisar o impacto destes eventos nota-se que eles não se apresentam na mesma forma em todas as escalas.

Assim, extrai-se o par de escalas global e local, os quais não são tomados para explicar o contexto da globalização – correndo o risco da simplificação – mas para evidenciar, diante de todas as escalas de coerência, a dialética das

peculiaridades e homogeneidades inerentes a este período. Na interação global-local notam-se as diferentes repercussões geradas nestas escalas assim como elementos interdependentes que resultam em um processo dialético.

Para tanto, esta ligação escalar está pautada no desenvolvimento e profusão das técnicas. Segundo Santos (2008, p. 29) “as técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”.

Deste modo, as técnicas são elaboradas cultural e socialmente e é nesta relação sociedade/técnica que elas ganham sentido, se reproduzem e se inovam. É o contexto social que se encarrega da criação ou encerramento de uma ou várias técnicas, ou seja, “os grupos sociais que constituem o ambiente social desempenham um papel crítico na definição e na solução dos problemas que surgem durante o desenvolvimento de um artefato” (BIJKER, 1987, p.3).

Logo, sendo um produto social, a técnica é também história em que cada período está gravado nas circunstâncias de sua criação. De acordo com Santos (2008, p. 23),

As técnicas devem ser vistas sob um tríptico aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambigüidades) e, finalmente, como garantia de futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo.

No final do século XX percebe-se uma transformação mundial decorrente de avanços na ciência e na técnica, em que a informação se apresenta como característica principal, formando um novo meio de objetos e ações denominado técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997), que atua como catalisador do processo da globalização, uma vez que sua propriedade tecnológica-informacional fundamenta a arquitetura atual da globalização, como a unicidade da técnica, a convergência de momentos (propiciada principalmente pela unicidade da técnica) e a realização de um motor único global de produção e consumo.

A revolução tecnológica também proporcionou a dinamização das redes, as quais são utilizadas como método-conceito para evidenciar os fluxos de capital, informações e materiais em diferentes níveis de solidariedade entre tempo e espaço.

Assim como não existe homogeneidade do espaço, também não existe homogeneidade das redes (SANTOS, 2008), e seu alcance é global, mas desigual e integrado. Em outras palavras, as redes em sua organização e formação favorecem a disseminação de determinadas atividades (como a financeira e o turismo) e a redução de outras que não possuem o mesmo poder de inovação e reprodução (como as idéias de preservação e conservação).

Apresenta-se então uma Ordem Global em que é comum, entre outros fatores, atentar para a homogeneização do espaço, uma vez que a noção do tempo e espaço contraídos são efeitos provocados pelos avanços das comunicações, nos transportes e na economia, com acumulação flexível de capital, o que faz crer em uma cultura padronizada de aprendizado e consumo, ou seja, a formação da chamada “aldeia global”.

Entretanto, essa percepção de que o mundo está ao alcance de todos mostra-se equivocada, pois, enquanto se propagam feitos tecnológicos e econômicos nos países centrais, observa-se que as diferenças locais nos países periféricos ainda são profundas. A dialética da rede centro-periferia, presente na maior parte das escalas, demonstra que são poucos os que possuem artifícios para fazer parte da dinâmica global enquanto a competitividade e a fluidez tomam espaço nas relações sociais gerando desemprego, marginalização e violência neste processo de fragmentação.

Incapazes de acompanhar o passo do processo de modernização material e organizacional, certas pessoas e regiões são excluídas das benesses da modernização, sem todavia deixarem de ser resultado dela (SILVEIRA, 2001 p.142).

Aparentemente, a Ordem Local perde a sua força diante do contexto global a julgar pelos espaços heterogêneos. Contudo, é preciso observar que somente o lugar pode dar a inteligibilidade da existência humana. Como afirma Santos (1997), é pelo lugar que o mundo é revisto e homens e mulheres ajustam a sua interpretação, é nele que o permanente e o real triunfam sobre o movimento, o passageiro e o que é imposto de fora.

Desta maneira, ao analisar que o espaço somente se concretiza através das práticas sociais nos lugares, é a sua diversidade que proporciona a articulação reticular entre as determinações globais e as narrativas locais.

1.1 ESCALA GEOGRÁFICA: UMA BREVE DISCUSSÃO

Analisar o fenômeno da globalização é buscar compreender uma totalidade dinâmica que percorre diversas escalas geográficas desde o local ao global em diferentes concepções e perspectivas.

Por muito tempo o conceito de escala foi atribuído apenas ao processo cartográfico demonstrado nas representações geométricas e descritivas do espaço. Na tentativa de utilizá-lo como estratégia de aproximação entre o real e a análise, esse conceito encarregava-se dos fenômenos de forma isolada, em níveis hierárquicos e por meio de recortes específicos: local, regional, nacional ou internacional.

Porém tais conceitos provaram-se insatisfatórios diante da complexidade do espaço geográfico e das diferentes dimensões e configurações dos fenômenos sócio-espaciais que passaram a ser privilegiados em várias dimensões escalares cujos processos sociais se apresentam simultaneamente.

[...] a dimensão escalar da vida cotidiana está impressa e expressa em todas as configurações escalares, desde o nosso corpo, até o internacional, passando pelo comunitário, urbano, regional (Smith, 1993). Isto quer dizer: eu vivo cotidianamente no mundo e no meu local, no meu município, na minha cidade, no meu país... (VAINER, 2001 p.24).

Assim, se a construção da escala se dá através das relações sociais, o processo de escolha para sua análise é a definição de um campo específico de confrontação da própria sociedade (seja ele político, cultural ou econômico) (VAINER, 2001).

Para melhor compreender essa lógica, a escala geográfica é tomada como resolução de processos sociais contraditórios de competição, cooperação e, também, características como poder, diferença espacial e o próprio capitalismo que permite as diferenciações escalares.

As escalas, como explica Marston (2000 *apud* GONZÁLEZ, 2005), são recriadas através de processos capitalistas que encontram coerência e se organizam de forma hierárquica em diferentes processos envolvendo a acumulação

e circulação do capital que ajuda a perceber o seu desenvolvimento desigual e sua frágil tendência ao equilíbrio.

O capitalismo é inerentemente contraditório e se move por um lado, entre a lógica da expansão e mobilidade, por outro a necessidade de fixação para a construção de infra-estruturas que permitam sua acumulação. (GONZÁLEZ, 2005 p.4).

A escala é, portanto, o âmbito geográfico em que se determina, em um dado momento, uma coerência e fixação dos processos de acumulação do capital. Obtendo não somente caráter espacial, mas também temporal, uma vez que as relações sociais e os processos se desenvolvem histórica e geograficamente. Assim, “a escala deixa de ser uma noção geométrica para ser condicionada pelo tempo” (SANTOS, 2008, p.168).

Qualquer estudo que se pretenda denso, apreendendo o social na sua complexidade, deve enfrentar o dilema da priorização de algumas e da interação entre as escalas de tempo e espaço. Assim como não podemos entender uma questão como a da transformação agrária na Idade Média num curto período de tempo, tampouco ela poderá ser compreendida em uma escala geográfica que abranja uma pequena extensão do espaço europeu. Ao contrário, um ‘acontecimento’ não só tende a ser um fenômeno mais estritamente localizado (no espaço), como também, geralmente, aparece melhor delimitado no tempo (tem ‘um nascimento e uma morte’ como diz Le Goff). (HAESBAERT, 2002, p.110).

Esta inseparabilidade entre tempo e espaço no estudo das escalas ganha maior complexidade quando deparada com o período atual que, em virtude dos feitos da ciência, tecnologia e informação, as idéias de extensão e momento são postas em questão. (SILVEIRA, 2006). Diante de tais mudanças, Santos (2002) relaciona a noção de escala em duas situações: a escala da origem (de ocorrência dos fenômenos) e a escala do impacto (realização) as quais agem em processos solidários na articulação entre espaço e tempo.

Esse não isolamento se traduz por dois tipos de solidariedade. O primeiro tem como base de origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum. (SANTOS, 2002 p.152).

Nesse processo solidário que ocorre entre a origem dos fenômenos e o seu impacto nas diferentes dimensões escalares, percebe-se, então, que os processos globais instalam-se no local, adaptando-se a ele, ao mesmo tempo em que o local pode expandir suas características para o mundo, globalizando-se (HAESBAERT, 1999). Desta forma esses vetores de ações se instalam de maneira desigual e combinada que evidenciam a dialética das escalas.

Portanto, o acontecer local e mundial revela a profundidade e as implicações na globalização, vista como uma questão de escala que requer uma estratégia compreensiva distinta. Essa rotação do pensamento se impõe, não apenas por causa de exigências disciplinares, mas devido às profundas transformações por que passa o mundo na atualidade (ORTIZ, 2006).

Nesse caso o que está em jogo [...] é um relacionamento mais complicado através das escalas, em que as iniciativas locais podem alcançar uma escala global e vice-versa, ao mesmo tempo que certos processos, dentro de uma definição específica de escala – competição interurbana e inter-regional da globalização. Portanto não se deve ver a globalização como uma unidade indiferenciada, mas sim como uma padronização geograficamente articulada das atividades e das relações capitalistas globais. (HARVEY, 2005 pp.230-231).

Assim, o par de escalas global e local tem o objetivo de explicitar esse fenômeno, pois são consideradas uma das formas mais contundentes para se perceber a dinâmica da globalização na dialética entre seus elementos (HAESBAERT, 1999). Desse modo, privilegia-se a questão temporal, as relações sociais e o desenvolvimento das técnicas que determinam os contextos escalares.

1.2 A PRODUÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO

O final do século XX foi marcado pelo avanço da ciência e sua interação com a técnica, a qual se revela como aspecto fundamental para o entendimento do processo de globalização tal qual se conhece atualmente. A presença cada vez maior da tecnologia no cotidiano e nas relações sociais demonstra um intrincado processo de desenvolvimento técnico, histórico e social.

Desta maneira, é necessário atentar que a concepção e significado de técnica não se trata somente de objetos alojados no espaço mas também da esfera política que envolvem práticas, desenvolvimento e decisões ao seu respeito.

Considero que entender o significado de técnica é uma tarefa essencialmente política, na medida em que uma clareza sobre a questão é fundamental tanto na tomada de decisões a respeito do seu desenvolvimento, como no planejamento da sua adoção ou uso seja por indivíduos, unidades familiares ou organizações (BÉNAKOUCHE, 1999, p.2).

Ou seja, nas disposições sobre a técnica, deve-se considerar o que Santos (2008) denomina de sistema de objetos e sistema de ações. Pois através desta interação é possível compreender a sua atuação social na dinâmica espacial.

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2008, p. 63).

Logo, as técnicas são construídas no contexto da própria sociedade, e as determinações das ações em torno dos objetos (políticas) revelam o veredito de seu julgamento entre os impactos positivos ou impactos negativos. Da mesma forma que a técnica apresenta um conteúdo social, a sociedade tem um conteúdo essencialmente técnico (BÉNAKOUCHE, 1999).

Além disso, as técnicas jamais se inserem isoladamente no contexto social, mas em grupos¹ que atuam nas condições objetivas da história pois “a cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível” (SANTOS, 2007, p.24). Assim ela propaga-se de maneira desigual visto que elementos técnicos de idades diferentes se combinam e agem simultaneamente no espaço.

Na realidade, em nenhum momento da história, exceto em sua fase inicial, os grupos humanos utilizaram uma só geração de técnicas da vida material ou só uma geração de técnicas imateriais. Cada nova família de técnicas não expulsa completamente as famílias precedentes, convivendo juntas segundo uma ordem estabelecida por cada sociedade em suas relações com as outras sociedades. (SANTOS, 2008, p. 193).

Atualmente, as técnicas apresentam um cunho informacional, e a sua união com a ciência sob o amparo do mercado assegura a sua presença

¹ Santos (2002) denomina “família de técnicas” em que cada sistema técnico representa uma época.

planetária. Forma-se, então, um novo meio denominado técnico-científico-informacional, no qual se baseia o funcionamento dos processos encadeados pela globalização.

Quanto mais tecnicamente contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade, ambos são os responsáveis principais no atual processo de globalização (SANTOS, 2008, p. 240).

Consideram-se, desta maneira, assim, os fatores que contribuem para a arquitetura da globalização: unicidade da técnica; convergência dos momentos; e motor único global (SANTOS, 2007).

1.2.1 Unicidade da técnica, convergência de momentos e motor único

Se cada período na história é caracterizado por um novo conjunto de técnicas, na transição dos séculos XX e XXI percebe-se um movimento de sua unificação e seu alcance global. Correspondente à própria natureza do capitalismo, este sistema técnico é base material para a globalização (SANTOS, 2008).

O Tecnoglobalismo, segundo Benko (2002), é a mundialização das comunicações e das técnicas na fusão de inovações e tecnologias de vários pontos do globo, estabelecendo um “macro-sistema-técnico” em diversas áreas como transportes, produção e, principalmente, informação. Este conjunto de técnicas informacionais (satélites, cabos, telecomunicações, internet etc.) tem a propriedade de envolver todo o planeta, provocando o sentimento de instantaneidade e aproximação que, além de assegurar a simultaneidade das ações, tem a capacidade de transformar e reorganizar as práticas locais.

Devido ao seu caráter universal, as técnicas impõem-se direta ou indiretamente aos lugares, que são avaliados de acordo com aqueles dotados de técnicas hegemônicas (mais avançadas), como é o caso das empresas globais que se fundamentam na deslocalização da produção e na articulação de um sistema técnico invasor que garante a sua expansão mundial.

Os sistemas técnicos criados recentemente se tornaram mundiais, mesmo que sua distribuição geográfica seja, como antes, irregular e o seu uso social seja, como antes, hierárquico. Mas, pela primeira vez na história do homem, nos defrontamos com um único sistema técnico, presente no Leste e no Oeste, no Norte e no Sul, superpondo-se aos sistemas técnicos precedentes, como um sistema técnico hegemônico, utilizado pelos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política (SANTOS, 1997, pp.42-43)

Assim como a noção de distância parece diminuir, a noção de tempo também se contrai. Logo, os atores hegemônicos não somente utilizam a unicidade técnica mas também a unicidade do tempo caracterizando ainda mais a estrutura global de suas ações.

A partir da ideia de que todos os lugares têm a possibilidade de usufruir simultaneamente de informações, processos e mercados ao redor do globo e que “cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros” (SANTOS, 2007, p.26) observa-se a emergência de um sistema técnico hegemônico capaz de determinar o uso do tempo, que permite a convergência dos momentos.

A unidade de tempo ou convergência de momentos está diretamente ligada à unicidade da técnica pois ela obtém seu respaldo na conectividade escalar em que o momento (ou evento) torna-se produto do lugar e do mundo ao mesmo tempo. Assim, o mesmo momento é percebido a partir de múltiplos lugares e todos os lugares o percebem a partir de um só deles (SANTOS, 2008).

O processo de convergência dos momentos corre paralelamente ao desenvolvimento das técnicas, sobretudo as técnicas da velocidade e da medida do tempo. A conquista da velocidade permite um deslocamento mais rápido das coisas dos homens e das mensagens. “Sincroniza-se o global e o fragmento, a parte e o todo, o produto e o processo, o geral e o particular, no intercâmbio que cria um campo único, onde se expande o conhecimento e a ação”² (SANTOS., 2008, p. 199).

A informação entrelaçada ao cotidiano torna comum gostos e desejos à escala global atentando para a generalização tudo aquilo que é imprescindível à vida humana, sendo assim outro fator que contribui para a convergência de momentos.

² L. Ferrara, 1993, p. 165

Porém, esses momentos não são iguais mas unitários, unidos por uma lógica comum. Um dos maiores beneficiados desta união é o sistema financeiro em que o capital, em suas múltiplas formas, tem a possibilidade de fluir globalmente o tempo todo em uma verdadeira convergência de mercados. (SANTOS, 2008).

A produção atual se dá em escala global por intermédio das grandes organizações mundiais, assegurando a emergência do que Santos (2008) denomina “mais-valia em nível global”. A amplitude dos processos internacionais e a flexibilidade da tecnologia permitem com que tudo se globalize - desde a produção à cultura. As empresas ganham status global e a descentralização da produção passa a fazer parte da realidade.

A técnica e o tempo unificados são os principais propulsores das atividades internacionais que promovem o fortalecimento das ações globalizadas e seus mecanismos de controle e gestão em um motor unitário. O progresso deste motor-único está concentrado nas atividades econômicas internacionais, mais especificamente no setor financeiro. Através das redes comerciais penetra-se em sistemas financeiros diversos em vários países, ao mesmo tempo em que se criam novas praças e centros de finanças ao redor do globo.

Assim, “[...] as técnicas hegemônicas da produção, da informação e da finança, por intermédio das quais ganham o comando do tempo hegemônico e realizam a mais-valia hegemônica” (SANTOS, 2008, p. 210) constituem as grandes organizações de nível mundial e os centros de decisões que funcionam em redes, desenvolvendo toda sorte de ramificações e interdependências globais.

1.3 REDES E DINÂMICA GLOBAL

O meio técnico–científico–informacional (SANTOS, 1997) é caracterizado pela capacidade de criar condições sociais e de modificar a ordem econômica mundial devido aos avanços da tecnologia de informação, o aumento da capacidade produtiva e o desenvolvimento das redes de alcance global como veículos destas determinações.

As redes são genericamente concebidas como pontos e linhas espaciais, que ao serem interligadas evidenciam determinados fluxos, tanto de caráter material como imaterial. Os nós das redes são assim lugares de conexões, pontos de poder e de referência (DIAS, 2001). São estruturas e instrumentos econômicos, sociais e culturais que precisam de certos suportes materiais, energéticos e informacionais para poder desempenhar suas funções (RANDOLPH, 1999). Permitindo maior velocidade na circulação de bens, de pessoas e de informações, as redes são acionadas diante das inovações das técnicas que se inscrevem e modificam o espaço.

[...] o espaço é o teatro de fluxos com diferentes níveis, intensidades e orientações. Há fluxos hegemônicos e fluxos hegemonzados, fluxos mais rápidos e eficazes e fluxos mais lentos. O espaço global é formado de todos os objetos e fluxos. A escala dos fluxos materiais e imateriais é tanto mais elevada quando seus objetos dão prova de maior inovação (SANTOS, 2005 p.149).

Nesse sentido, o espaço global é formado por redes desiguais intrincadas em diferentes escalas e níveis que se sobrepõem por outras de características diferentes. A coexistência de suas atividades dá-se em compassos diferentes, e o poder de conexão das redes modifica-se de acordo com a perspectiva escalar.

À escala planetária ou nacional, as redes são portadoras de ordem – através delas as grandes corporações se articulam, reduzindo o tempo de circulação em todas as escalas nas quais elas operam; o ponto crucial é a busca de um ritmo, mundial ou nacional, beneficiando-se de escalas gerais de produtividade, de circulação e de trocas. Na escala local, estas mesmas redes são muitas vezes portadoras de desordem – numa velocidade sem precedentes engendram processos de exclusão social, marginalizam centros urbanos que tirava sua força dos laços de proximidade geográfica e alteram mercados de trabalho (DIAS, 2001 p.154).

Sendo assim, a organização das redes constitui uma fonte de poder e de domínio do espaço por meio da articulação das escalas que são construídas nos cenários social, econômico e político do capitalismo. Do mesmo modo que a existência das redes está agregada à questão do poder³, na busca por maior fluidez para a circulação de idéias, produtos e capital, a sua utilização por diferentes setores

³ Segundo SANTOS (2008, p.271) entende-se por poder a capacidade que uma organização possui para controlar os recursos necessários ao funcionamento de um outra organização.

no quadro da economia global não atende somente à inovação técnica, mas também ao aparato normativo dos interesses dos atores hegemônicos.

[A fluidez] não alcançaria as conseqüências atuais se, ao lado das inovações técnicas, não estivessem operando novas normas de ação, a começar, paradoxalmente, pela chamada desregulação. A economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas adequadas aos novos sistemas de objetos e aos novos sistemas de ações e destinadas a provê-los de um funcionamento mais preciso. Na realidade, trata-se de normas construídas em vários subsistemas interdependentes, cuja eficácia exige uma vigilância contínua, assegurada por uma legislação mundial, tribunais mundiais e uma polícia mundializada. Ao contrário do imaginário que a acompanha, a desregulação não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas (SANTOS, 2008 p.275).

Portanto, é impossível lidar com uma rede na sua totalidade de relações, mas sim com as redes resultantes da manifestação das coações técnicas, econômicas, políticas e sociais (DIAS, 2001), pois ativas e não-passivas, não têm em si mesmas o seu princípio dinâmico, que é o movimento social. Tal movimento inclui tanto dinâmicas globais, movidas pelas grandes organizações, como dinâmicas locais dadas pela pluralidade do lugar (SANTOS, 2008).

O fato de que a rede é global e local, una e múltipla, estável e dinâmica, faz com que a sua realidade, vista num movimento de conjunto, revele a superposição de vários sistemas lógicos, a mistura de várias racionalidades cujo ajustamento, alias, é presidido pelo mercado e pelo poder público, mas sobretudo pela própria estrutura socioespacial (SANTOS, 2008 p.279).

Isso quer dizer que, enquanto as redes globais são privilegiadas pelas normas e técnicas na verticalidade, as redes locais são aquelas em que os fragmentos ganham dimensão única, frutos da diversidade na horizontalidade.

A verticalidade é percebida na ordem global, no privilégio à informação pelo ambiente tecnológico, no tempo rápido, na exploração do trabalho e na globalização da economia. “É assim que, mediante a telecomunicação, criam-se processos globais unindo pontos distantes numa mesma lógica produtiva. É o funcionamento vertical do espaço geográfico contemporâneo” (SANTOS, 2008 p. 334). Já observada na ordem local, a horizontalidade prima pela comunicação, o trabalho coletivo, pelo tempo lento e a solidariedade.

No 'meio' local, a rede praticamente se integra e dissolve através do trabalho coletivo, implicando um esforço solidário dos diversos atores. Esse trabalho solidário e conflitivo é, também, co-presença num espaço contínuo, criando o cotidiano da contigüidade (SANTOS, 2008 p. 334).

Aliás, apesar do alcance das redes ser global, elas não são universais. Ao observar a representação da superfície da Terra, verifica-se que numerosas e vastas áreas escapam a esse desenho reticular presente na quase totalidade dos países centrais. Santos (2008) utiliza-se da denominação pontos luminosos relativamente às regiões privilegiadas pelas redes e pontos opacos àquelas pouco privilegiadas, conforme demonstrado na Fig. 01.

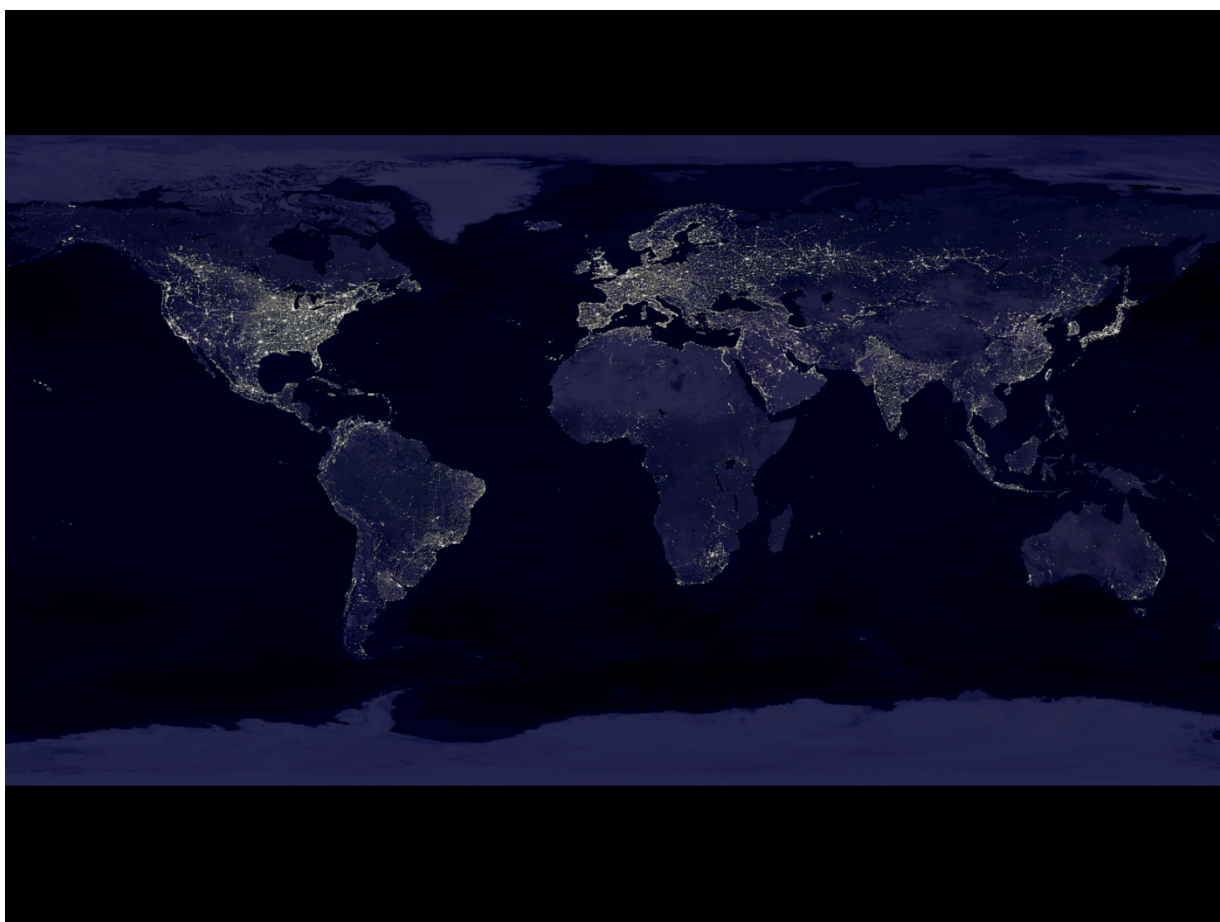


Figura 01: Flat Earth at Night.

Fonte: <http://www.nasaimages.org/luna/servlet/detail/NSVS~3~311388:Earth-at-night-2001>

As áreas denominadas zonas de baixa intensidade evidenciam o poder de seletividade das redes que integram desigualmente os territórios, seguindo o peso das atividades econômicas e as relações sociais preexistentes.

Enfim, as redes representam um veículo dialético dos elementos compatíveis entre o local e o global, que embora analisadas sob enfoques diferentes⁴ seus estudos buscam essencialmente “as formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades dos atores com o pluralismo” (SCHERER-WARREN, 1996 p.9). As repercussões na escala local são produzidas historicamente, e os caminhos com que elas se conectam com o contexto global formam a sua dinâmica.

1.3 ORDEM GLOBAL E ORDEM LOCAL

Mesmo a concepção de globalização circulando dentre as mais diferentes áreas do conhecimento, é necessário entender que esse processo e seus desdobramentos estão aliados a determinadas perspectivas. E é através da apropriação das escalas, do desenvolvimento das técnicas e da emergência das redes que se constrói uma ordem global e uma ordem local.

Assim, apontam-se os caminhos que se revelam neste diálogo entre o local e global analisando os aspectos desta dinâmica que Milton Santos decompõe em três perspectivas distintas:

De fato se desejarmos escapar à crença que este mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal qual nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (SANTOS, 2007, p. 18).

Segundo Santos (2008), apresentam-se, assim, três situações diferenciadas na relação entre essas escalas. Primeiro, aponta-se para a imposição do ambiente econômico-financeiro que estimula a padronização dos meios técnicos, a mundialização da economia e as parcerias estratégicas comerciais internacionais. Também no ambiente tecnológico, revela-se a instantaneidade da informação

⁴ Como sua implicação no território, no estudo do binômio território-rede por HAESBAERT (2002); as dinâmicas urbanas no estudo das cidades por LOBATO CORRÊA (1989;2006), o sistema financeiro e bancário por DIAS (2005), ou a inovação tecnológica e informacional por CASTELLS (1999).

(GIOVANETTI; LACERDA, 1996), a adaptação às novas tecnologias e criação de outras, num processo capaz de congrega vários pontos do globo em um objetivo comum: a acumulação ampliada de capital.

Pela exuberância das unicidades (da técnica e do tempo) que tem permeado diversos discursos para justificar um motor-único da globalização tem-se a crença de que homens e mulheres alcançariam a sua expressão máxima de comunhão pelo universo tecnológico, negligenciando as particularidades, as tensões, os interesses e as disputas inerentes à natureza humana (ORTIZ, 2006).

Segundo, enquanto se constata que tais imposições *mercadológicas* se universalizam dos países centrais para os países periféricos, verifica-se que ocorre uma fragmentação do espaço, ou seja, crescem as desigualdades sociais e econômicas, originando uma exclusão social daqueles que não possuem os mesmos artifícios no jogo de poder mundial.

Diante das diferentes naturezas do espaço em sua organização e formação, Santos (1997) afirma que a globalização entra em contradição, pois, ao invés de ser um agente homogeneizador que acabaria com as dissemelhanças espaciais, a globalização aparece como catalisador da heterogeneidade. Nesta percepção, ele declara:

Os indivíduos não são igualmente atingidos por esse fenômeno, cuja difusão encontra obstáculos da diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares. Na realidade, a globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe mesmo um caráter ainda mais estrutural. (SANTOS, 2005, p.143).

Logo, essa contradição apresenta a existência de uma realidade na qual a dinâmica mundial hegemônica determina a organização espacial voltada para as práticas econômicas e técnicas que representam um caminho que o autor denomina como perverso.

Hoje o que é federativo no nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói (SANTOS, 1997 p.36).

Terceiro, ao passo que se têm a consciência de que a realidade pode ser mudada de forma revolucionária, pois é produzida pelo homem, surge a

ideia do “mundo como ele pode ser” (SANTOS, 2005, p.154), em que as barreiras à globalização perversa são postas de modo a permitir que as preocupações com a ordem social, cultural e moral possam prevalecer.

A partir disso, tem-se uma mudança de perspectiva, pois da ordem global passa-se a abordar uma ordem local. Logo, a máxima difundida pelos meios empreendedores, econômicos e de *marketing* no “pensar globalmente e agir localmente” perde sua força, se deparada com a realidade que se baseia no “pensar localmente e agir globalmente”.

Santos, T. (2002) reflete sobre a idéia da universalização do espaço, pensamento corrente quando o assunto é globalização, e insere questões relevantes sobre a formação estrutural do pensar no universal e a movimentação social, pois formados por estruturas locais:

Esta universalização não pode ser entendida como a negação das particularidades e, particularmente, desses grandes processos civilizatórios. Civilizações, nações, regiões inter e intranacionais e grandes centros metropolitanos formam juntos com as classes sociais, os movimentos sociais, as instituições, a família e tantos outros centros de agrupação e reagrupação de forças sociais e econômicas o conjunto daqueles que recriam o espaço a todo momento (SANTOS, 2002, pp.74-75).

Em vista disso, é importante reforçar que o espaço – em sua totalidade – é composto por lugares que possuem tempos e lógicas peculiares. O resultado da soma destas particularidades é que dá a inteligibilidade espacial (LUCHIARI, 1998).

Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano (A. Buttimer, 1976; A. Garcia, 1992; A. Damiani, 1994). Esta categoria de existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis [...] os objetos, as ações, a técnica, o tempo (SANTOS, 2002, p.315).

Como afirma Santos (1997, p.17), “somente a história nos instrui sobre o significado das coisas”; portanto, uma das maneiras de apreender estes significados é pela interpretação que o patrimônio cultural local pode gerar no contexto global.

CAPÍTULO 2

A DEFESA DO LUGAR E O PATRIMÔNIO CULTURAL

A defesa do lugar está na concepção que diante da dinâmica da globalização em meio à competitividade e à informação, os lugares representam pontos de referência provedores de uma lógica comum baseada na solidariedade e na comunicação. Segundo Santos (2008, p.273), “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”; então, estão em sua essência os subsídios necessários para sua resposta face à ordem global impactante.

Os movimentos sociais e a emergência da cultura popular que preservam modos de vida e saberes, demonstram que o lugar “[...] não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro” (SANTOS, 2007, p.114).

Sendo assim, um dos elementos tomados como referência é o patrimônio cultural em que seus atributos revelam não somente a história do lugar mas é palco para as representatividades de memória e identidade social.

O processo de preservação contempla ações políticas e institucionais que se preocupam tanto em resguardá-lo como dotá-lo de uma função social. Assim, o patrimônio cultural é portador de uma dialética entre seus fins e sua essência representativa.

Uma das maneiras de se apropriar desta dialética é através dos conceitos de tecnoesfera e psicoesfera desenvolvidas por Milton Santos. Tecnoesfera refere-se à materialidade dos objetos, à artificialização do ambiente e à produção das técnicas propriamente ditas, enquanto a psicoesfera são as vontades e as ações que determinam regras e utilizações ao mundo artificial. Ou seja, os objetos assim como as intenções que neles estão contidos condicionam a dinâmica espacial oferecendo duas perspectivas quanto ao patrimônio cultural.

A primeira trata da técnica impregnada de história, ou seja, o patrimônio e a representação de sua importância no passado em um paradigma

através da tecnoesfera de produção e de inovação que, por sua vez, atrai uma psicoesfera de atenção e valorização gerando a mitificação de alguns patrimônios e a importância da sua preservação.

A outra perspectiva trata de globalização e do avanço tecnológico determinante da tecnoesfera que padroniza comportamentos e gera uma psicoesfera voraz por inovação, informação e fluidez. Em conjunto, o patrimônio cultural é lançado em novas funções para suprir a demanda por produtos e novas experiências. É contra esta psicoesfera que a defesa do lugar volta-se no sentido de proteger o seu espaço vivido.

2.1 DEFESA DO LUGAR

O conceito de lugar pode ser estabelecido de diversas maneiras. Entre elas, o lugar como ponto de referência na dinâmica global a partir da relação do ser humano com o meio através do sentimento de pertencimento e experiências vividas. Assim o lugar pode ser entendido além do sentido geográfico de localização, mas sobre tipos de experiência e envolvimento com o mundo.

Os lugares aos quais estamos ligados são literalmente campos de cuidado, parâmetros nos quais tivemos uma multiplicidade de experiências e o qual denomina todo um complexo de afeições e respostas. Ter raízes em um lugar é ter um ponto seguro no qual olhar para o mundo é ter certeza de sua posição na ordem das coisas (RELPH, 1979, p.38 *apud* JAKLE, 1999 p.02, tradução nossa)⁵.

Essa concepção de lugar como somatório das dimensões simbólicas, emocionais, políticas e biológicas (BUTTIMER, 1985) também significa pensar a história particular (cada lugar), que se realiza em função destas dimensões que lhe são próprias, construídas ao longo da história, e o que vem de fora vai se impondo como consequência do processo de constituição do mundial (CARLOS, 1996).

⁵ The places to which we are attached are literally fields of care, settings in which we have had a multiplicity of experiences and which call forth an entire complex of affections and responses to have roots in a place is to have a secure point from which look out on the world, a firm grasp of one's own position in the order of things. (RELPH, 1979, p.38 *apud* JAKLE, 1999, p. 02).

Para Santos (1997, p.37), “é pelo lugar que revemos o mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente e o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora...”. Desta maneira, trata-se do ambiente em que as práticas sociais tomam forma e valores, em que lógicas são atribuídas em detrimento às determinações globais.

Neste sentido, de acordo com a dialética das escalas, Carlos (1996) afirma que o lugar é como “ponto de articulação” entre a mundialidade em constituição e o local, enquanto especificidade concreta. É, portanto, a conjunção de relações externas e internas cujo resultado é dado de forma diferente para cada lugar.

Outrossim, “o lugar é o resultado de um feixe de relações que soma as particularidades (políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais) às demandas do global que o atravessa” (LUCHIARI, 1998 p. 107). Neste plano, com o pressuposto das redes, o lugar é o entrecruzamento da horizontalidade e da verticalidade (SANTOS, 2008), em que a horizontalidade é a comunhão de diversas racionalidades e temporalidades, onde os lugares são interligados pela produção e no interesse solidário. A verticalidade prima pela racionalidade e tempo únicos, próprios da globalização, e os lugares são interligados pela circulação, mais especificamente de informação. Nesta condição, Milton Santos afirma:

É o lugar que existe, e não o mundo, de vez que as coisas e as relações do mundo se organizam no lugar, mundializando o lugar e não o mundo. É o lugar então o real agente sedimentador do processo da inclusão e da exclusão. Tudo dependendo de como se estabelecem as correlações de forças de seus componentes sociais dentro da conexão de rede. Isto porque a natureza e poder da força vem dessa característica de ser a um só tempo, horizontalidade e verticalidade (SANTOS, 1996 *apud* MOREIRA, 2007, p.60).

Logo, enquanto o lugar acolhe os vetores da globalização (instalando-se à sua ordem), ele produz uma contra-ordem, resistindo a mudanças, incorporações tecnológicas e racionalidade exógenas, fortalecendo a sua unidade e identidade.

A própria globalização oferece subsídios para a defesa do lugar, pois postos diretamente com a lógica global capitalista, os lugares não apenas expõem uma crítica fundamental a este movimento, mas também apresentam novos tipos de

atividades que reafirmam as prioridades da vida cotidiana contra o desenvolvimento abstrato da modernidade capitalista (DIRLIK, 1999 *apud* BRINGEL, 2007).

Desta maneira, a consciência da atuação da globalização perversa no processo de fragmentação gera repúdio às práticas que fundamentam o processo socioeconômico atual, o que determina a procura por novas soluções centradas no homem e nos movimentos sociais, e não mais no capital.

Além disso, por meio das sucessivas interações sociais (boa parte proporcionadas pelas técnicas de comunicação), percebe-se a (re)emergência da cultura popular face à cultura de massa. Entende-se por cultura de massa o resultado de ações verticalizadas conduzidas pelo mercado que procura impor uma padronização de informações e técnicas diante da cultura preexistente do lugar.

Baseada no lugar, a cultura popular é constituída pela história e pelo cotidiano, apresentando-se como um elemento de resistência frente à cultura de massa. Sua revanche dá-se quando a cultura popular utiliza-se de instrumentos antes próprios da cultura de massa (SANTOS, 2007) para se sobressair.

Tais expressões da cultura popular são tanto mais fortes e capazes de difusão quanto reveladoras daquilo que poderíamos chamar de regionalismos universalistas, forma de expressão que associa a espontaneidade própria à ingenuidade popular à busca de um discurso universal [...] (SANTOS, 2007, p.144).

Por conseguinte, levando em consideração as diversas manifestações provenientes das relações sociais, a busca pela autenticidade e pela identidade tomam frente à luta pelo fortalecimento do lugar. Exemplo disso são as atribuições concernentes ao patrimônio cultural.

Expressão e referência de história, modos de vida, produção, identidade e memória, pode-se dizer que o patrimônio cultural é local. Sendo assim o ato de preservação/valorização indica uma forma de defesa, ou mesmo resistência do lugar frente à ordem da globalização.

2.2 PATRIMÔNIO CULTURAL

Se cultura é uma trama de significados compartilháveis proveniente das relações sociais expressa em suas múltiplas dimensões (simbólica, material) nos lugares, seu reflexo está nas diversas abordagens nas ciências sociais. Uma delas é a perspectiva do patrimônio cultural como fortalecimento da idéia de pertencimento e apropriação social do lugar, que torna o espaço do cotidiano mais palpável diante aos constantes fluxos de informação, capital e pessoas.

[...] entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletiva ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fortalecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva (RODRIGUES, 2003. p.17).

Proporcionando a sensação de continuidade em relação ao passado social, o patrimônio cultural possui um “tempo tridimensional” (KERSTEN, 2000), pois é constituído através da associação entre a representatividade do passado, a interpretação do presente e o seu significado futuro.

Através disso, observa-se que o patrimônio cultural é dinâmico e passa por ampliações conceituais na medida em que o homem constrói sua realidade espacial através das relações sociais. Sendo este espaço social produzido historicamente, constituído de tempos diferentes, revela significados do patrimônio cultural ao longo de sua história (MONASTIRSKY, 2006).

Concebido, até a primeira metade do século XX, como conjunto de bens artísticos materiais, demonstrados na pintura, escultura e arquitetura – chamado de pedra e cal – o patrimônio cultural evocava a materialização da identidade nacional por onde os cidadãos poderiam se reconhecer como tais.

Não obstante, relacionado aos interesses específicos dos grupos detentores de poder, era considerado patrimônio cultural bens de “excepcional valor”, dignos de serem preservados. No entanto, aqueles que contavam a história com suas crenças, ofícios e costumes distanciavam-se do que se referia ao patrimônio cultural de um lugar.

A partir da segunda metade do século XX notou-se que “reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais [...] é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem”(FONSECA, 2003, p.65)

Desta maneira, o patrimônio cultural deveria se cumprir no sentido de que diferentes grupos sociais pudessem se reconhecer neste repertório assim como abranger os significados que lhe são atribuídos com o tempo, estabelecendo uma nova etapa para a sua compreensão.

Com a revisão do conceito de cultura, insere-se à concepção de patrimônio cultural uma nova categoria: o patrimônio intangível. Nessa nova categoria, encontram-se processos e práticas culturais expressas nos costumes, danças, culinárias, vestuários, músicas, ofícios, crenças, enfim, em formas da vida cotidiana da sociedade e sua memória.

Porém essa imaterialidade é relativa, pois as categorias - intangível e pedra e cal - não se encontram separadas: “Quando se fala em patrimônio imaterial ou intangível, não se está referindo propriamente a meras abstrações, em contraposição a bem materiais, mesmo porque, para que haja qualquer tipo de comunicação, é imprescindível um suporte físico” (SAUSSURE, 1969 apud FONSECA, 2003, p.65).

Por conseguinte, a ampliação da noção de patrimônio cultural abriu um leque de campos e saberes envolvendo várias discussões sobre suas propriedades e conceitos. Entre elas, a que se refere à sua preservação, pois o Patrimônio Cultural passa por processos políticos, sociais e técnicos na sua escolha, legitimação e promoção.

Quando nos referimos à preservação do patrimônio cultural (natural, edificado ou imaterial) remetemo-nos a um processo histórico seletivo de atribuição de valores às formas e às práticas culturais que engendram intervenções, decisões e escolhas balizadas por um projeto político que a estrutura social de cada tempo constrói (LUCHIARI, 2005, p.96).

Segundo Monastrisky (2006), a gestão do patrimônio está implicado nas diferentes interpretações que os agentes interventores podem ter ao seu

respeito. Entende-se, por esses agentes, o poder público, instituições de pesquisa, ONGs, empreendedores etc.

Entre as forças de intervenção, as mais efetivas estão relacionadas com o poder público e com o poder do capital – e que são, na maioria dos casos, associados. Em ambas, a determinação do que deve ser considerado patrimônio, e, posteriormente, como se realiza o processo de preservação e uso passa por uma sequência de escolhas: a indicação do patrimônio a ser preservado, o conceito de preservação, a técnica de restauração (museificação) (MONASTIRSKY, 2006, p.05).

Desta maneira, conceitos e discussões são tratados sobre a concepção de preservação do patrimônio cultural o qual passa por alterações e ampliações ao longo do tempo. As intenções voltadas à preservação são indicadas de acordo com o momento presente, evidenciando a dialética do Patrimônio com o meio social em que está inserido.

2.2.1 Preservação do Patrimônio Cultural

No século XVIII, com a formação dos Estados Nações juntamente com a necessidade de se reconhecer uma identidade para definir a unicidade nacional cultural legítima valorizando o sentimento de pertencimento de uma população a uma nação (CUCHE, 2002), surgiu a concepção de patrimônio cultural e logo a sua preservação.

Como política de Estado, o conceito de preservação tem sua expressão na Revolução Francesa, pois, devido à extinção da monarquia, a subordinação do clero ao Estado e aos emigrados aristocratas, foram deixados vários bens que passaram ao poder do Estado. Denominados de “Bens Nacionais”, deveriam ser resguardados do vandalismo dos revolucionários (CAMARGO, 2002).

Sob a Revolução Francesa, o conceito de patrimônio cultural nacional irrompeu para responder à urgência de salvar da rapinagem e da destruição os imóveis e as obras de arte, antes pertencentes ao clero e à nobreza, que foram transformados em propriedades do Estado. Apoiada no saber dos eruditos e na vontade daqueles que, mesmo não sendo aristocratas, não queriam ver tais riquezas e obras de arte destruídas, a noção de patrimônio nacional nasceu de um embate de forças, apelando a um sentimento nacional e atendendo a uma conveniência econômica (SANT'ANA, 2003, p. 47).

No século XIX, correntes surgiram em defesa do patrimônio principalmente na Europa, ora ligadas à preservação e restauração com a intervenção estilística quase que ideal, ora acreditando que a essência do patrimônio está nas marcas que o tempo imprime.

Logo, as exigências simultâneas e contraditórias dos valores que o monumento histórico foi cumulando ao longo dos séculos (CHOAY, 2006) tornam-se claras em uma sociedade moderna e a cidade que deveria mudar com ela. A partir do ideal modernista, no início século XX, a cidade passou a ser racionalizada, com áreas próprias para moradia, trabalho e lazer. Segundo Harvey (2007, p.69) na idéia modernista,

O planejamento e o desenvolvimento devem concentrar-se em *planos* urbanos de larga escala, de alcance metropolitano, tecnologicamente racionais e eficientes, sustentados por uma arquitetura absolutamente despojada (as superfícies “funcionalistas” austeras do modernismo de “estilo internacional”).

Portanto, os monumentos históricos afetavam o modelo funcional que procurava romper com as estruturas sociais, econômicas, políticas e, principalmente, espaciais. “A cidade antiga não respondia mais às necessidades da cidade moderna, não possuía delimitação rigorosa de suas funções e mesclava ‘habitar, trabalhar, recrear e circular’” (SIMÃO, 2001 p. 26); assim, em nome do desenvolvimento, a destruição do antigo para a reorganização da cidade fez parte da concepção modernista da época.

A imagem da ‘destruição criativa’ é muito importante para a compreensão da modernidade, precisamente porque derivou dos dilemas práticos enfrentados pela implementação do projeto modernista. Afinal, como poderia um novo mundo ser criado sem se destruir boa parte do que viera antes? (HARVEY, 2007, p.26)

Entretanto, constata-se que contrariamente ao processo de urbanização dominante, constituiu-se a noção de patrimônio cultural como resultado da dialética entre o esquecimento e continuidade da memória que se processa no contraste entre o novo e o antigo.

Não é estranho pois, pensar que a mesma cultura que gestou a modernidade tenha ela própria nutrido as primeiras experiências no campo da preservação dos monumentos históricos. De fato, só pode ser lembrado aquilo que foi previamente esquecido. A institucionalização da preservação do patrimônio cultural, tal como é sentida pela modernidade, diz respeito mais ao esquecimento que lhe é genético do que propriamente à memória que lhe é estranha (DOURADO, 1989, p.70 *apud* SIMÃO, 2001, pp.24-25).

Atualmente, sua relevância engloba todos os feitos e expressões da sabedoria humana, por isso torna-se importante atentar para o perigo da banalização no pressuposto de que tudo pode tornar-se patrimônio cultural. Além disso, por meio dos processos de comunicação mais ágeis, tornou-se possível constatar culturas até então isoladas e também gerar novas interpretações e intenções de consumo.

Assim como o conceito de patrimônio cultural é ampliado, a concepção de preservação também se modifica. Preservar não remete somente à salvaguarda de objetos de valor histórico ou à paisagem histórica de uma cidade, mas também à continuidade de saberes e conhecimentos passados por gerações sem os quais perde o seu sentido.

Além disso, as políticas de preservação não são neutras e espelham os valores daqueles que fazem as leis e decidem o que ser lembrado e o que ser esquecido.

Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir (BARRETO, 2000, p.13).

Visto que a construção e apropriação do patrimônio cultural são objetos de reprodução desigual entre os grupos sociais que prevalecem como espaço de luta material e simbólica entre as classes, as etnias e os grupos (LUCHIARI 2005), a problemática sobre o que preservar é amplamente debatida em

vários campos do conhecimento, da mesma maneira que se discute “como” preservar.

De um lado os preservacionistas que possuem o objetivo estrito de resguardá-lo, mantê-lo intocado e estático; no outro, os conservacionistas que defendem a idéia da integração do patrimônio no dinamismo cultural como meio de sustentação própria. De forma que o patrimônio partilha a memória e identidade de uma sociedade, propiciando o conhecimento e a consciência do homem sobre si e sobre o mundo que o rodeia (GODOY, 1985).

Encontra-se, desta maneira, a dialética da memória social e identidade no contexto da globalização, pois tanto os processos de pertencimento e afetividade assim como os de exclusão e aculturação⁶ se cruzam nas diversas escalas evidenciando a dinâmica social deste período.

2.2.2 Identidade e Memória Social

Conceituada como ponto de ligação entre o indivíduo e a sociedade, atribui-se à identidade a noção de pertencimento e apropriação que determina modos de vida e escolhas e alinha-se aos sentimentos subjetivos aos lugares que homens e mulheres ocupam no mundo social (HALL, 2003). Porém, o termo “identidade” tem sido frequente em vários discursos quando utilizado como fenômeno da exaltação da diferença face à ordem global.

Uma vez que a identidade não é somente determinada pela herança biológica ou grupo étnico, assim como não se sustenta simplesmente no sentimento de veiculação a uma coletividade, seu caráter é relacional. Sua construção se dá no interior dos contextos sociais de forma a determinar a posição dos agentes que orientam suas representações e escolhas (CUCHE, 1999).

⁶ De acordo com CUCHE (1999) aculturação é a transformação da cultura inicial efetuada pela “seleção” de elementos culturais emprestados, o que não provoca necessariamente o desaparecimento desta cultura inicial mas a reinterpretação dos seus significados.

Deve-se considerar que a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. Esta concepção dinâmica se opõe àquela que vê a identidade como um atributo original e permanente que não poderia evoluir. Trata-se então de uma mudança radical de problemática que coloca o estudo da relação no centro da análise e não mais a pesquisa de uma suposta essência que definiria a identidade. (CUCHE, 1999 p.183).

Ou seja, a identidade é elaborada na relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato, sendo sempre a resultante da identificação imposta pelos outros e da que o grupo ou o indivíduo afirma por si mesmo. “É em cima dessa fundação que ocorre o natural fechamento que forma a base da solidariedade e da fidelidade do grupo em questão” (HALL, 2000 p.106).

Entretanto, nota-se a dificuldade de atribuir à identidade um sentido unificado e estável, pois à medida que os indivíduos são expostos a sistemas de significação e representação variados, estes são confrontados por uma multiplicidade desconcertante e mutável de identidades possíveis (HALL, 2003).

A assim chamada crise da identidade é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 2003 p. 7).

Entretanto, como afirma Barreto (2000 p.45), “recuperar ou manter a identidade, a cor local, aparece neste final de século como uma necessidade generalizada em face da globalização”, e é neste meio (denominado técnico-científico-informacional⁷) que a noção de identidade desencadeia-se no seu sentido mais prático: o de sua construção seja individual ou coletiva que apela para o sentimento de pertencimento e particularidade.

Neste caso, a identidade conjuga-se com a memória, pois a maneira com que os fatos e acontecimentos vividos pelo indivíduo ou coletividade – direta ou indiretamente – são assimilados, ajudam a embasar a construção do sentimento de identidade.

⁷ Milton Santos (1997)

Podemos, portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (POLLAK, 1992 p.5)

Logo, são diferentes os pontos de referência que estruturam a memória coletiva. Personagens, acontecimentos e lugares fazem parte do vasto repertório deste fenômeno flutuante e mutável que se caracteriza por sua seletividade. Segundo Pollak (1992, p.4), a memória “sofre flutuações que são em função do momento em que ela é articulada, que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória”.

Um dos pontos representativos desta seletividade é a percepção de carga simbólica dada pela memória coletiva ao patrimônio cultural e importância que lhe atribui. Pois é “a memória que impele a ver o passado em relação ao presente e a inventar o patrimônio dentro dos limites possíveis, estabelecidos pelo conhecimento” (MONASTIRSKY, 2006 p.03).

Verifica-se, então, que o patrimônio cultural possui o *status* de ‘lugares de memória’ pois é o resultado da construção histórica de uma sociedade que passa a ser mediador entre passado e presente em meio à turbulência da atualidade.

[...] o que se busca hoje nos “lugares de memória” são signos visíveis do que costumávamos ser, é tentar descobrir o que somos pela constatação do contraste com o que já não somos; como se se almejasse um lampejo de revelação indicador de uma identidade que não achamos, o que tornaria manejável nossa relação com um mundo que, movendo-se rapidamente demais, nos faz perder pontos de referência (CARDOSO, 1997 p.302).

Outrossim, no contexto atual, a memória também desempenha sua função social através do ritual das comemorações que buscam de maneiras diversas uma rememoração de acontecimentos passados e o sentido de unicidade.

Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais comuns de um comunidade constituindo-se no objetivo principal (SILVA, 2001, p.19).

Há, portanto, um processo de reconstrução das memórias coletivas e individuais com o objetivo de criar referências integradas formadoras de uma base

cultural comum, pois para que a memória coletiva possa perdurar é necessário que ela seja enquadrada por grupos sociais portadores desta memória. (SILVA, 2001).

Enfim, o patrimônio cultural em suas categorias (material e imaterial) é portador de representações sociais desenvolvidas em um sistema de objetos e ações que fundamentam a dinâmica espacial dos lugares.

2.3 PSICOESFERA, TECNOESFERA E RUGOSIDADES

Se as técnicas estão condicionadas ao espaço e ao tempo, assim como as intencionalidades às quais estão sujeitas, elas são redefinidas pelo lugar de acordo com a lógica exercida. Em conjunto, a idade do lugar é demonstrado através dos objetos técnicos que são imbuídos de história.

A materialidade artificial pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas de produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade. As técnicas são um fenômeno histórico (SANTOS, 2008, p.57).

Nesse contexto, o patrimônio cultural representa hoje a sua importância técnica do passado. Nele estão contidas informações e representações que, comparadas aos avanços técnicos atuais, causam um certo impacto, tanto para seu reconhecimento como para sua preservação. Pode-se dizer, em um primeiro momento, que o patrimônio cultural encontra-se na dinâmica da tecnoesfera e psicoesfera.

Desta forma, os conceitos de tecnoesfera e psicoesfera ajudam a compreender que a dinâmica espacial não se dá apenas através das técnicas, mas no conjunto do tempo e das intenções em que elas se inserem.

Enquanto à tecnoesfera é atribuído o mundo dos objetos que se instalam no lugar obedecendo uma ordem de produção e representa a artificialização do meio ambiente, a psicoesfera corresponde ao mundo da ação, das idéias e da paixão que fornecem sentido aos objetos e coerência ao lugar (SANTOS, 2008). Ambas são locais e atuam em conjunto; constituem, porém, o

produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar – a sustentação do meio técnico-científico – sendo muito mais presente como psicoesfera do que como tecnoesfera. (SANTOS, 1997).

Tecnoesfera e Psicoesfera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade de utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais (SANTOS, 2008, p.256).

Nota-se que propiciada pela tecnoesfera no avanço tecnológico global, a psicoesfera corresponde com a avidez pelo consumo e a uniformização do comportamento que compatibiliza com essa dinâmica, pois “a mundialização não se sustenta apenas no avanço tecnológico. Há um universo habitado por objetos compartilhados em grande escala. São eles que constituem nossa paisagem, mobiliando nosso meio ambiente. (ORTIZ, 2006, p.107).

Esta condição tende a “esvaziar” os lugares de significados e particularidades, transformando-os em “não lugares”. Ou seja, “lugares anônimos, serializados, capazes de acolher qualquer transeunte, independente de sua idiossincrasia”(ORTIZ, 2006, p.106).

Por isso, na defesa do lugar, procura-se romper com essa psicoesfera na tentativa de resguardar a autenticidade dos lugares e, por sua vez, do patrimônio cultural cuja manutenção se dá pelas funções sociais que se se apropriam no tempo e no espaço.

Segundo Santos (2008 p.96), “em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação”. Desta maneira, o patrimônio cultural pode ser aplicado ao conceito de rugosidades pois explica sua condição atual nas cidades.

Rugosidades estão relacionadas, em um sentido mais amplo, à densidade técnica dos lugares cujas formas espaciais herdadas em épocas distintas acolhem novas funções contribuindo na reorganização das relações de produção, consumo e poder (GODOY, 2004)

No entanto, a função da reprodutibilidade técnica do patrimônio cultural no contexto das rugosidades, tende a perder a sua “aura”, pois há um rompimento de suas características originais tanto em seu caráter formador mas também quanto a sua representatividade na constituição da identidade e memória.

A ‘aura’ de um objeto está associada a sua originalidade, a seu caráter único e a uma relação genuína com o passado. Benjamin reserva as noções de singularidade (*uniqueness*) e a permanência para designar esses aspectos, em contraste com a reprodutibilidade e a transitoriedade dos objetos ‘não-auráticos’. Estes últimos, exatamente por serem reproduzidos e transitórios, não guardam qualquer relação orgânica e real com um passado pessoal ou coletivo. (GONÇALVES, 1988, p.265).

Logo, as novas funções nas formas pré-existentes podem tirar ou não a aura do patrimônio. Quando um patrimônio cultural (objeto técnico imbuído de história) sofre o fenômeno da rugosidade alterando sensivelmente a sua estrutura e essência, o resultado disso é a perda de sua aura.

É possível que a psicoesfera portadora do comportamento global de consumo descarte com mais facilidade a aura do patrimônio cultural, utilizando-se do fenômeno das rugosidades na corrida pela competitividade e consequentemente no acúmulo de capital. Entre outros fatores, a atividade turística é um dos setores econômicos que mais se desenvolvem com base nessa dinâmica.

CAPÍTULO 3

O TURISMO E A GUERRA DE LUGARES

3.1 A DINÂMICA DO TURISMO

A globalização é a nova realidade do espaço e do tempo. Nela se instalam as atividades hegemônicas que participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (SANTOS, 1997).

Novas formas de circulação dos bens, do dinheiro, das idéias, dos comandos, das modas e novas formas de consumo acabam por gerar novas formas de produção. No período técnico-científico-informacional (Santos, 1991:6), as formas de consumo não-material e, entre elas, o lazer, aumentam e se disseminam no território. Esse parece ser, hoje, o contexto da produção do turismo. (SILVEIRA, 1997, p.36).

O turismo é um fenômeno que envolve questões sociais, culturais e econômicas. Portanto, mesmo se sobressaindo com elevados índices de crescimento no setor econômico, há implicações sociológicas e geográficas que marcam a sua complexidade, pois a atividade é considerada um vetor de transformação dos lugares em conexão com o mundo.

Primeiramente, a dinâmica da atividade turística pode ser entendida através do conceito de fixos e fluxos de Santos (1997) em que os elementos fixos instalados em cada lugar canalizam as intenções do fluxos recriando o lugar. “Os fluxos são um resultado direto ou indireto de ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam”(SANTOS, 2008, p.61).

Assim, Rodrigues (1997) faz a conexão entre o conceito de fixos e fluxos com o turismo, entendendo por fixos os centros de origem da demanda e infra-estruturas e por fluxos os próprios deslocamentos e as motivações para tal. Desta maneira, a lógica espacial do turismo é fluida e implica a conjugação de fixos e fluxos para que ela ocorra.

Todos os elementos do espaço, numa dinâmica constante de ações e interações recíprocas, em movimentos sincrônicos e/ou diacrônicos, produzem formas distintas, historicamente determinadas, que constituem a *paisagem*, recurso turístico de grande magnitude (RODRIGUES, 1997, p.71).

Segundo Luchiari (1998), as paisagens turísticas não existem como um dado da natureza em si mas sim como uma invenção cultural. Desta maneira, Silveira (1997) a atribui à aptidão paisagística dos lugares como uma manifestação da psicoesfera.

A paisagem é um dado simbólico e social que recebe diferentes valorações e sentidos culturais ao longo do tempo e através das preferências articuladas pela publicidade, pelas modas, padrões estéticos ou mesmo estratégias de mercado, ou seja, a psicoesfera é composta. Por sua vez, a densidade técnica que viabiliza o consumo permitindo determinados tipos de lazer – os equipamentos turísticos – são dados de uma tecnoesfera (SILVEIRA, 1997).

Enquanto a 'indústria do turismo' articula a produção e consumo de um dado espaço, os 'serviços' fluem por este mesmo espaço, mundializando e/ou globalizando, pois as informações sobre os lugares de 'amenidades', os lugares exóticos, os da materialidade histórica, circulam através dos serviços – correio, telex – prospectos, fotografias, jornais, revistas, e de forma cada vez mais atuante pelo noticiário das caixinhas domésticas (TV) (RODRIGUES, 1997, p.55).

Portanto, a economia do turismo é cada vez mais evidenciada, uma vez que os acontecimentos, as comemorações e os eventos tomam proporções globais graças ao meio técnico-científico-informacional.

Para isso, o turismo move-se na esfera econômica, e sua conjuntura é condicionante de permanente evolução, pois está inserido como atividade produtiva submetida a todas as leis econômicas que atuam nos demais setores industriais e de produção (BENI, 1998).

3.2 ECONOMIA E TURISMO

Os fatores que contribuem para explicar o contexto atual da atividade turística passaram a ser compreendidos a partir da década de 1970 quando mudanças no modelo de desenvolvimento vigente e o surgimento de novas estruturas de acumulação apresentam o novo rumo do capitalismo.

Entende-se por modelo de desenvolvimento, segundo Lipietz (1991), a congruência de três aspectos diferentes: organização do trabalho, regime de acumulação e modo de regulação.

Organização do trabalho engloba não somente as formas de organização do trabalho no interior das empresas, mas também a divisão do trabalho entre elas. Trata-se de princípios gerais que comandam a organização do trabalho e sua evolução no período do modelo vigente.

O regime de acumulação se constitui nas leis e lógica macroeconômicas nas condições de produção bem como nas condições sociais de produção em sua evolução conjunta por um longo período.

Por sua vez, o modo de regulação é a “materialização do regime de acumulação” que efetua ajustes dos comportamentos contraditórios e conflituosos dos indivíduos com objetivo de garantir a unidade do processo de acumulação do capital. Estes ajustes são representados pelos costumes, disponibilidade de emprego, regras de mercado, a legislação social, a moeda, as redes financeiras etc.

Desta maneira, a premissa fordista de acumulação e as faces de sua crise auxiliam na compreensão das mudanças ocorridas no final do século XX em que a acumulação flexível torna-se realidade.

3.2.1 O compromisso fordista e o turismo de massa

O modelo de desenvolvimento fordista surgiu em decorrência das teorias de Taylor e da visão de Ford no início do século XX. Mas somente após a Segunda Guerra Mundial, com o compromisso explícito de que produção em massa

significa consumo em massa, os chamados trinta anos gloriosos do capitalismo foram concretizados.

O regime de acumulação fordista consistia basicamente na plena utilização das máquinas e no pleno emprego dos trabalhadores que acarretava não somente alta na produtividade mas também crescimento do poder aquisitivo dos assalariados e estabilidade das taxas de lucro. (LIPIETZ, 1991)

Também o modo de regulação instaurado no pós-guerra propiciava com que o fordismo se reproduzisse com mais eficácia pois atentava para uma legislação social referente ao salário mínimo, generalização das convenções coletivas e sistema de previdência social⁸.

Tudo isso levou ao crescimento nacional da produtividade e consumo incluindo o turismo que, com a organização do trabalho e a institucionalização das férias remuneradas, se proliferou. Por ocasião da Segunda Guerra Mundial, houve uma aceitação geral dessa visão, de acordo com a qual sair de férias era bom e constituía a base da renovação pessoal. "As férias quase haviam se tornado marca de cidadania com direito ao prazer" (URRY, 1996, p.47).

O turismo, portanto, caracterizava-se como de massa não somente pela quantidade de pessoas que viajavam, mas também pelos produtos padronizados com programações rígidas e muitas vezes superficiais.

Turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande numero e pessoas viaje (CRUZ, 2003, p.06).

Logo, havia se desenvolvido uma "indústria" eficiente e organizada voltada para lidar e atrair pessoas em massa, ou seja, verdadeiros exércitos de trabalhadores das cidades (URRY, 1996). Além disso, a ampliação dos fluxos de comércio mundial e dos investimentos internacionais foi crucial para a solidificação do compromisso de consumo em massa porque impulsionou atividades como bancos, seguros, hotéis, aeroportos e, por fim, o turismo e uma nova cultura internacional (HARVEY, 2007).

⁸ Lipietz (1991) ressalta que essas formas reguladoras foram em maior parte conquistas dos próprios assalariados, ora coincidindo ora aliando-se ao avanço fordista.

Deixando de ser um mero sistema de produção em massa mas um modo de vida, a Idade de Ouro foi profundamente abalada no início dos anos 1970, quando os ganhos com a produtividade começaram a definhar sendo que sua própria organização espacial e tecnológica indicava as bases de sua crise.

3.2.2 A crise do modelo fordista: acumulação flexível e segmentação turística

Segundo Swyngedouw (1989 *apud* GONZÁLEZ, 2005), o Modo de Regulação Fordista escondia uma contradição espacial inerente, uma vez que o modo de regulação baseava-se na escala nacional, e o regime de acumulação e a divisão do trabalho haviam tomado proporções internacionais, inclusive em países menos industrializados.

Logo, na transição das décadas 1960/1970 irrompe a crise fordista e o combate aberto à sua rigidez (até então apreendida nos investimentos, sistemas de produção em massa e contratos trabalhistas) como uma das estratégias adotadas para enfrentar a crise (BENKO, 1999). A desvalorização da força de trabalho, a utilização das virtualidades tecnológicas, baixa rentabilidade do modo produtivo e a internacionalização dos mercados e produção foram mudanças significativas resultantes do esfacelamento do fordismo.

Mesmo se constatando que nem todos foram atingidos por seus benefícios nos anos dourados - pois a atuação de maior força deu-se nos países capitalistas centrais -, a maioria dos países periféricos compartilharam o ideal desse modelo (LIPIETZ, 1991), e as implicações de sua crise tiveram proporções mundiais.

A passagem para o novo regime de acumulação acompanha-se de mudanças fundamentais multiformes nos modos de produção e de consumo, nas transações e nos mecanismos institucionais de regulação das relações sociais. Eles induzem uma reestruturação espacial da sociedade inteira, redefinição do conteúdo ideológico dos espaços, estabelecimento de nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo etc. (BENKO, 1999 p.29).

O primeiros sinais de um novo período de desenvolvimento do capitalismo fundados na flexibilidade crescente tanto no nível econômico como no social são apresentados. “É essa observação que levou vários autores a chamar o novo período *pós-fordista* em emergência do *regime de acumulação flexível*”⁹ (BENKO, 1999 p.28).

Dentre as mudanças ocorridas, nota-se que o mercado de trabalho passou por uma reestruturação radical que, com o aumento da competição e do enfraquecimento do poder sindical, novos regimes de contrato mais flexíveis foram impostos (HARVEY, 2007).

Observa-se também a transição de uma economia de alto volume para outra de alto valor, demonstrando que já não é mais a produção de massa que orienta a estratégia comercial das grandes empresas, mas a exploração de mercados segmentados (ORTIZ, 2006) juntamente com a rapidez da inovação que possibilita o sistema de produção flexível.

Desta forma, segundo Benko (1999), a introdução de técnicas de produção mais flexíveis assim como de uma nova sorte de produtos abriram perspectivas na reorganização do processo de produção global, o que exigiu uma reorganização profunda das funções de produção e circulação da economia em que a internacionalização dá espaço à globalização¹⁰.

Neste sentido, Ortiz (2005) descreve que, como fruto dessa reorganização espacial, está a criação de uma cultura internacional-popular, que tem como suporte o mercado consumidor. Este tipo de cultura caracteriza uma sociedade global de consumo, modo dominante da modernidade, que se projeta para além das fronteiras nacionais.

A exemplo disso, a atividade turística se expande por todos os cantos e promete as mais diferentes voltas pelo mundo dos museus, palácios e

⁹ Scott & Storper, 1986; Harvey, 1989; Scott, 1988b; Storper, Walker, 1989 etc.

¹⁰ Embora sejam usados muitas vezes como sendo intercambiáveis, esses termos (internacionalização e globalização) não são sinônimos. Internacionalização se refere simplesmente ao aumento de extensão geográfica das atividades econômicas através das fronteiras nacionais; isso não é um fenômeno novo. A globalização da atividade econômica é qualitativamente diferente. Ela é uma forma mais avançada e complexa, da internacionalização, implicando um certo grau de integração funcional entre as atividades econômicas dispersas (DICKEN, 1992 p.1 apud ORTIZ, 2006 p.16)

catedrais, monumentos e ruínas, imagens e simulacros¹¹ (IANNI, 2002). O turismo, desse modo, apresenta-se flexível e mercantilizado, correspondendo, na cultura, à estetização contemporânea do consumo (URRY, 1996) e à sua segmentação.

A segmentação do mercado turístico passa a ser a maior característica deste período em que consiste na divisão do mercado em partes homogêneas, cada uma com seus próprios canais de distribuição, motivações e comportamentos.

Essa segmentação possibilita o conhecimento dos principais destinos geográficos e tipos de transporte, da composição demográfica dos turistas, como faixa etária e ciclo de vida, nível econômico ou de renda, incluindo elasticidade-preço da oferta e da demanda, e da sua situação social, como escolaridade, ocupação, estado civil e estilo de vida (BENI, 1998, p.149).

Logo, é no campo das motivações que sua produção acontece mais precisamente. Pois, segundo Geiger (1999), não se pode imputar o turismo, simplesmente, ao interesse econômico do sistema que vive dele sem considerar as motivações do turista que se desloca.

Procurando atender as mais diversas necessidades, as motivações humanas variam de acordo com os discursos e as imagens que participam da produção do turismo. “A construção da imagem revela a globalização dos códigos culturais, das necessidades e dos gostos” (SILVEIRA, 1997, p.41).

Quando o imaginário da destinação coincide com a percepção da necessidade, produz-se a motivação. Os turistas estão motivados a viajar a uma determinada destinação quando imaginam que ela atenderá suas necessidades (BARRETO; BURGOS e FRANKEL, 2003, p.17).

A partir desse mecanismo, o turismo manifesta-se através de diversas modalidades e escalas com uma velocidade de reprodução acima da maioria das atividades humanas, não respeitando fronteiras ou limites territoriais, alimentando-se dos mais variados setores do conhecimento humano (FRATUCCI, 2000) tornando a paisagem local em elementos de um código universal submetidos a normas globais que determinam sua perpetuação no mercado ou não.

¹¹ Segundo o dicionário Aurélio *Simulacros* significa: 1. Ação simulada para exercício ou experiência. 3. Falsificação, imitação. 4. Fingimento, disfarce, simulação. 5. Cópia ou reprodução imperfeita ou grosseira; arremedo.

De certa forma, os lugares possuem um tempo de vida determinado pela psicoesfera. “Quando os canais da psicoesfera, que promoviam um paraíso, deixam de ser percorridos por abundante publicidade, os lugares tornam-se cemitérios técnicos, olvidados pela magia do discurso”(SILVEIRA, 1994, p.42).

Guerra dos Lugares é a denominação dada por Milton Santos (1996), em que os lugares se distinguem com o objetivo de manter-se atrativos para investimentos e conservar sua rentabilidade principalmente no movimento reticular do turismo.

3.3 GUERRA DE LUGARES E TURISMO CULTURAL

De acordo com Santos (2008), assim como se determina a produtividade de uma empresa, plantação ou máquina, é possível também se determinar a produtividade de um lugar. Tal produtividade refere-se principalmente às condições artificialmente criadas para sobressaírem-se em comparação aos outros lugares.

Numa situação em que as virtualidades de cada localização estão sempre mudando, instala-se o que bem se pode denominar de guerra de lugares. Estes não apenas devem utilizar suas presentes vantagens comparativas, como criar novas, para atrair atividades promissoras de emprego e de riqueza (SANTOS, 2008, pp.268-269).

Esta competição interlocal apresenta-se cada vez mais acelerada não somente pela produção mas também pela atração de consumidores, especializando-se em função de suas vantagens de ordem social, técnica, natural e/ou paisagística para garantir sua participação e permanência na dinâmica em redes da escala mundial.

Na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como imã (SANTOS, 2008, p. 269).

Nessa situação, o turismo apresenta-se como meio facilitador nesta competição que, pelas fortes imbricações espaciais desta atividade, manifesta-se de diversas maneiras e em diversos pontos do espaço, formando uma rede mundial composta de pontos de emissão, pontos de recepção e fluxos materiais e invisíveis (FRATUCCI, 2000). Sendo assim, o turismo é um grande trunfo para os lugares diante a ordem global.

Poderíamos falar em produtividade espacial dos lugares (SANTOS, 1993;1996) para pistas de esqui, balneários e turismo de aventura, entre outros. Haveria, então uma forma potencial da produtividade espacial que é a aptidão paisagística, pois existem mais lugares do que centros turísticos [...]. Daí a corrida dos lugares para ingressar nos roteiros do turismo global (SILVEIRA, 1997,p.38).

Entende-se, portanto, que nesta dinâmica, os elementos do lugar encontram-se à disposição da atividade turística para a mercantilização de todos os aspectos da vida social (VIEIRA, 2006), incluindo o patrimônio cultural local motivado pelo turismo cultural.

Segundo o Ministério do Turismo, entende-se por turismo cultural as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. Essa prática, a partir do sentido histórico-cultural é, de fato, um fenômeno social, que permite a interação social e cultural entre o centro receptivo e sua demanda turística.

Entretanto, de acordo com Meneses (1999), a forma de relacionar-se que visitantes e habitantes desenvolvem com o bem cultural é basicamente diversa. Logo, nesta apropriação do patrimônio cultural pelo turismo, duas formas são apresentadas diante da interação com o lugar.

Primeiramente, com o objetivo precípua de atrair turistas, os lugares passam por um processo de mudança tanto de ordem social como espacial. A paisagem turística vendida necessita de infra-estruturas e atividades para a formação de um produto turístico¹² - o que parece ser vendido é o lugar, quando o que é vendido é uma série de serviços e estruturas que propiciam a sua visitação.

¹² Segundo Ignarra (1999) os produtos turísticos são compostos pelos seguintes elementos: atrativo turístico (que pode ser de ordem natural/cênica, cultural – histórica, atividades recreativas e

Neste propósito, a “indústria” do turismo transforma tudo o que toca em artificial , e o espaço se transforma em cenário para o espetáculo mediante a criação de uma série de atividades em que o real é transfigurado para seduzir e fascinar (CARLOS, 1999).

De referência local, o patrimônio cultural transforma-se em atrativo turístico e, com ele, todos os outros elementos que o acompanham, alterando assim sua forma aurática, (ou seja, autêntica e original) com propósito de produzir imagens que despertem o interesse alheio gerando estranhamento para aqueles que vivem no lugar.

Contudo, nesta atividade, o patrimônio cultural, colocado em foco juntamente com os elementos relacionados (memória, história, identidade etc.), pode promover o turismo enquanto fenômeno sociocultural de momento de encontro de alteridades, em que é possível a troca de experiências entre turista e anfitrião e, por conseguinte, a valorização do lugar.

Para o turista essa experiência irá trazer um crescimento pessoal e a satisfação das expectativas, sonhos e ansiedades que o levam a estabelecer a viagem [...]. Para o habitante, o anfitrião a experiência irá propiciar, além do seu crescimento pessoal interior, a consolidação da sua identidade com o seu lugar e a consciência de todas as possibilidades do seu cotidiano (FRATUCCI, 2000, p. 131).

Mesmo agindo diretamente sobre o patrimônio, o turismo, quando não afeta a essência do lugar – isso depende e muito de ações políticas –, ajuda a promover o reconhecimento e fortalecimento de sua singularidade e a combater a psicoesfera de consumo na manutenção de sua idiossincrasia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que “a globalização passou a ser uma realidade histórica, geográfica, política e econômica” (IANNI, 2002, p.82), em que o tempo e espaço encontram-se cada vez mais flexíveis e os indivíduos movem-se em todas as direções, diversificam seus horizontes e multiplicam as suas identidades, as escalas de coerência são atravessadas e redimensionadas por diversas forças .

Portanto, na questão escalar, nota-se que o par de escalas global e local não são unidades autônomas, mas que se entrelaçam, determinando o quadro social das espacialidades em que o lugar é o cruzamento dessas diferentes linhas de forças (ORTIZ, 2009).

Reforçada esta idéia, atribui-se à essa dinâmica a noção de redes responsáveis pela conectividade entre o lugar e o mundo. Logo, um lugar é avaliado pelo grau de ligações que estabelece com as mais diversas escalas distinguindo-se dos demais de acordo com o contexto global. “[...] cada lugar irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais” (SANTOS, 2008, p.314).

Compreende-se então a alta seletividade das redes em atenção aos atores hegemônicos (empresas transnacionais, instituições reguladoras mundiais, mídia etc.) na própria verticalidade que obedece à hegemonia das técnicas e da informação. Entretanto, ao mesmo tempo, estabelecem-se redes na horizontalidade redefinindo contextos sociais que auxiliam na defesa do lugar.

A tendência atual é a que os lugares se unam verticalmente e tudo é feito para isso, em toda parte. Créditos internacionais são postos à disposição dos países mais pobres para permitir que as redes modernas se estabeleçam ao serviço do grande capital. Mas os lugares também se podem unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptível de criar normas locais, normas regionais... que acabam por afetar as normas nacionais e globais (SANTOS, 2008, pp.258-259).

Enquanto o turismo age globalmente, congregando vários pontos ao redor do mundo, aquecendo a competitividade entre os lugares e consumindo as mais diversas paisagens e cultura, redes solidárias como as de apoio ao patrimônio

cultural são formadas com o objetivo precípua de valorização e preservação da identidade local, o que constitui a defesa do lugar.

Essa relação dialética entre as ordens local e global se estabelece como parte da essência da globalização. Entretanto, para entender essa realidade, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda parte. Deve-se também evitar uma visão simplista a partir de uma noção de particularidade que apenas leve em conta os fenômenos gerais dominados pelas forças sociais globais. Cada lugar é, à sua maneira, o mundo (BENKO *apud* SANTOS, 2002).

Desta maneira, a escala local é colocada em foco enquanto as inquietações referentes às evoluções globais apontam para um novo caminho que se descortina: a defesa do lugar. Esta mudança estrutural dá a vez para papéis distintos de ocupação e reprodução à escala local. É pelo lugar, então, que a globalização pode ser compreendida. Santos (1997) afirma que o lugar é a base da liberdade e nele o cotidiano tem sua coerência e justifica sua existência através da história.

Por isso cresce a preocupação em retomar valores e referências pertencentes à cultura local que se conecta com a atualidade produzindo novos significados e percepções. A busca por tais significados calcados nos movimentos sociais fazem parte de um mundo que se apresenta mais interdependente e intercomunicativo, no qual um número cada vez maior de movimentos de caráter transnacional, como os de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas e étnicos fazem parte (SCHERER-WARREN, 1996), assim como a valorização e preservação do patrimônio cultural.

Logo, encontra-se no patrimônio cultural a representação dos contextos sociais locais, em significados que abrangem os mais diversos feitos do ser humano (material como imaterial), especialmente a memória e identidade cultural.

Por sua vez, o patrimônio cultural, como fator de distinção entre os lugares, não só se revela como um interlocutor entre o homem e a prática social local, mas também como mercadoria – produto turístico – uma vez que a questão econômica avança sobre as sociais e as culturais no contexto atual.

A aceitação das reificações, atividades de mascaramento e de simulação deste período demonstram que o turismo é uma ferramenta poderosa pois, em sua essência, como atividade econômica e social, deixa sua marca no patrimônio cultural sob o discurso do desenvolvimento econômico local e a preservação patrimonial.

A intervenção da atividade turística prende-se ao reconhecimento das potencialidades do setor como fator positivo nos processos de desenvolvimento econômico e social, em várias escalas, sendo múltiplos e de grande visibilidade seus efeitos, contando mais com os aspectos positivos que seu crescimento pode trazer, isto é, seus benefícios sociais, econômicos, ambientais do que os possíveis constrangimentos e impactos negativos.

Argumenta-se que o turismo quando bem conduzido gera empregos, aumenta o nível de consumo, desenvolve novos investimentos no lugar, promove o intercâmbio cultural, melhora a cultura geral – pois busca-se por aperfeiçoamentos para melhor atender os turistas – e, entre outros benefícios, também atua na consciência de proteção ao patrimônio cultural.

Todavia a atividade turística não trata apenas de sonhos e imaginários com fins lucrativos. É um erro cair nessa simplificação. Atuar em um lugar exige muito mais que um lindo cenário e uma boa história, pois a frustração, o constrangimento e o desgosto são os maiores impactos desta atividade na guerra de lugares.

Uma vez postas as suas diferenças, percebe-se que as informações são tomadas por valores diversos e conseqüentemente decisões distintas, pois, juntamente com a ordem do consumo, encarrega-se a ordem da valorização aos feitos do homem a qual consegue transpor barreiras e se solidificar na sociedade local a fim de embasar a formação cultural.

A ênfase na defesa do lugar apresenta-se coerente em um contexto tão diverso em que o global e o local revelam diferentes interpretações. O turismo, com sua capacidade de unir os elementos escalares, e o patrimônio cultural, com sua propriedade de distinguir os lugares através da história, podem representar uma interrelação eficaz nesta defesa.

Por meio da compreensão e apreensão desses diferentes fluxos que compõem uma só realidade uma nova condição social apresenta-se através de dinâmicas constantes e na aceitação dos elementos globais e locais e suas múltiplas conexões.

Sendo assim, os novos significados e as contradições do cotidiano urbano – evidências proporcionadas pelo desenvolvimento da técnica e modos mais flexíveis de acumulação de capital – geram a necessidade de uma interpretação mais profunda deste contexto do que o próprio pragmatismo da atualidade.

Enquanto a globalização, de ordem sociológica, se estabelece no mecanismo mundial através do avanço tecnológico, uma perspectiva pós-moderna, de natureza filosófica, se dimensiona na esfera do particular e da mobilidade. Calcadas na idéia de mudança, globalização e pós-modernidade ora se contrapõem, ora se complementam para compor o movimento dialético da realidade (ORTIZ, 2009).

Como, por exemplo, os fluxos de informação e acumulação cada vez mais fluidos produzidos por novas técnicas capazes de derrubar as fronteiras usuais do espaço e do tempo, necessitando uma reestruturação das ações sobre a sua nova condição de funcionamento. Logo a idéia da desconstrução ligada à pós-modernidade é colocada em questão pois a globalização e a desregulamentação do mercado são amparadas pela criação de mais e novas normas.

Ainda assim, a pós-modernidade, em toda sua profusão de discursos, não contempla os processos de fluxos de dinheiro, divisões internacionais de trabalho e mercados financeiros, os quais são pressupostos da globalização. Uma vez que estes processos estão se tornando cada vez mais globais e intensos, ao alcance e poder sobre os indivíduos (HARVEY, 1993), torna-se difícil a sua desvinculação da vida cotidiana .

Entretanto, enquanto a globalização discute as mudanças mundiais, a pós-modernidade argumenta a favor da autenticidade local. As duas vertentes se complementam quando a questão é a identidade cultural. Como afirma Huyssens (1984, p.50 *apud* Harvey, 1993, p.109), o pós-modernismo tem seu valor por reconhecer “as múltiplas formas de alteridade que emergem das diferenças da subjetividade”.

Alguns teóricos culturais argumentam que a tendência em direção a uma maior interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais, aquela multiplicidade de estilos, aquela ênfase, no flutuante, no impermanente e na diferença e no pluralismo cultural descrita por Kenneth Thompson (1992), mas agora numa escala global - o que poderíamos chamar de pós-moderno global (HALL, 2003, p.74).

Nota-se que o contexto atual admite tanto a globalização como a pós-modernidade como formas de apreensão da realidade, pois ambas discutem as mudanças nas últimas décadas e admitem a pluralidade sociocultural deste cenário.

Portanto, a crescente necessidade de repensar e reinterpretar as práticas sociais surgem com a finalidade vislumbrar novas perspectivas que se anunciam no futuro, pois, como diz Santos (1997), “somente a história nos instrui sobre o significado das coisas”. Muitas vezes é preciso retroceder para seguir em frente, ao menos em plano teórico.

REFERÊNCIAS

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. 6 ed. Campinas: Papirus, 2000.

BARRETO, M.; BURGOS, R.; FRANKEL, D. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. São Paulo: Papirus, 2003.

BENAKOUCHE, T. Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico. In: **Cadernos de Pesquisa**. Florianópolis v.1, n.17, pp. 1-22, set. 1999.

BENI, M.C. **Análise estrutural do turismo**. 2 ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. 2ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____, G. Mundialização da economia, metropolização do mundo. In: **Revista do Departamento de Geografia – USP**. São Paulo: n.15, pp. 45-54, 2002.

BIJKER, W.E.; HUGES, T.P.; PINCH, T.F. Temas comuns em estudo sociológicos e históricos da tecnologia. In: **A construção social de sistemas tecnológicos: novas tendências em sociologia e história da tecnologia**. Cambridge/Massachusetts/Londres: MIT Press, pp.7-49, 1987.

BRINGEL, B.M. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: v.26, n.2, pp.35-49, 2007.

CAMARGO, H. L. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARDOSO, C.F. Lugares e não-lugares: Marc Augé e a antropologia da supermodernidade. In: **História**. n.16. p. 299-308. 1997.

CARLOS, A.F.A. O Turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo (org). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: a sociedade em rede**. v.1. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I.E.; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C.C. **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CORRÊA, R.L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CRUZ, R.C.A. **Introdução à geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Rocca, 2003.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: Edusc, 2002

DIAS, L.C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.E.; CORRÊA, R.L.; GOMES, P.C.C. **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____, L.C. A cidade, a metrópole e o modo de vida: notas para discussão. In: CARLOS, A.F.A.; LEMOS, A.I.G. (ORG.) **Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, L.C. Por que os bancos são o melhor negócio do país? Hegemonia financeira e geografia das redes. In: ALBUQUERQUE, E.S. **Que país é esse?: pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005.

FONSECA, M. C. L. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRATUCCI, A.C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. In: **GEOgraphia**. Niterói, v.2, n. 4, pp. 121-133, 2000.

GASTAL, S. **Alegorias Urbanas: o passado como subterfúgio**. Campinas: Papirus, 2006.

GEIGER, P.P. Turismo e espacialidade. In: RODRIQUES, A.B. (org). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

GIOVANETTI, G. e LACERDA, M. **Dicionário de Geografia: termos, expressões, conceitos**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996.

GODOY, P. Uma reflexão sobre a produção do espaço. In: **Estudos Geográficos**. Rio Claro, pp.29-42, 2004.

GONÇALVES, J.R. Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.1, n.2, pp.264-275, 1988.

GONZÁLEZ, S. C. *La geografía escalar del capitalismo actual*. **Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. IX, n. 189. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-189.htm>> 2005.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. In: **GEOgraphia**. Niterói, v.1, n. 1, pp. 15-39, 1999.

_____, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF, São Paulo: Contexto, 2002.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IANNI, O. Nação: província da sociedade global? In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. **Território: Globalização e Fragmentação**. 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

JAKLE, J.A. *Amreica's small town/big city dialectic*. In: **Journal of Cultural Geography**. v. 18, pp.1-27, 1999.

KERSTEN, M. S. A. **Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

LIPIETZ, A. **Audácia: uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991.

LUCHIARI, M.T.D.P. Urbanização turística - um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: **Da Cidade ao Campo: A Diversidade do Saber-Fazer Turístico**. Fortaleza: FUNECE/Universidade Estadual do Ceará. v. 2. pp. 15-29, 1998.

_____, M.T.D.P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. In: **GEOUSP: espaço e tempo**. São Paulo, n.17, pp. 95-105, 2005.

MALAGODI, M.E.; CESNIK, F.S. **Projetos Culturais**. Ed. Escrituras, 1999.

MENESES, U.T.B. Os “usos culturais” da cultural. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo (org). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural**: orientações básicas. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/mtur/opencms/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/05manuais.html> . Acesso em: 25 jun. 2008.

MONASTIRSKY, L.B. **Ferrovia**: patrimônio cultural, estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR). Tese de doutorado. Florianópolis: UFSC/CFH/PPGGeo, 2006.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. In: **Etc..., espaço, tempo e crítica**. Rio de Janeiro, v.1, n. 1(3), pp. 55-70, 2007.

ORTIZ, R. **Mundialização e cultura**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____, R. Globalização: notas sobre um debate. In: **Sociedade e Estado**. Brasília, v.24, n.1, p.231-254, jan/abr. 2009.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n.3, pp.3-15, 1989.

_____, M. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, pp.200-212, 1992.

RANDOLPH, R. Sociedade em rede: paraíso ou pesadelo? Reflexões a cerca de novas formas de articulação social e territorial das sociedades. In: **GEOgraphia**. Niterói, v.1, n.2, pp. 27-53, 1999.

RIBEIRO, W.C. Patrimônio da humanidade, cultura e lugar. In: **Diálogos**. Maringá, v.9, n.1, pp. 111-124, 2005.

RODRIGUES, A.B., **Turismo e Espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, A.M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo (org). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RODRIGUES, M. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, P.P.; PINSKY, J. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

SANT'ANA, M. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 14.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. 4 reimpr. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, T. A globalização reforça as particularidades. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. **Território: Globalização e Fragmentação**. 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SILVA, H.R. O fenômeno das comemorações como objeto de análise histórica. In: **Espaço Plural**. Cascavel, v. 3, n.7, pp19-20, 2001.

SILVEIRA, M.L. Da fetichização dos lugares à produção local do turismo. In: RODRIGUES, A.B. (org.). **Turismo, Modernidade, Globalização**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

_____, M.L. Por que há tantas desigualdades sociais no Brasil? In: ALBUQUERQUE, E.S. **Que país é esse?: pensando o Brasil contemporâneo**. São Paulo: Globo, 2005.

_____, M.L. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. In: **GEOUSP - Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 19, pp.81-91, 2006.

SIMÃO, M. C. R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SOUZA, M.A.A. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L. **Território: Globalização e Fragmentação**. 5.ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

URRY, J. **O olhar turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3 ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1996.

VAINER, C.B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Planejamento e Território:** ensaios sobre a desigualdade. Cadernos do IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, Ano XV, n. 2, pp.13-32, ago-dez 2001/ano XVI, nº 1 jan-jul, 2002.

VIEIRA, P.A. Ouriques, Helton Ricardo. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas, Alínea, 2005, 159 p. In: **GEOUSP:** espaço e tempo. São Paulo, n.19, pp. 201-203, 2006.